

Arqueologia Urbana em Lisboa: o Convento do Carmo entre os séculos XIV e XIX

Helena Isabel Henriques Pinheiro

Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia

Abril, 2015

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Arqueologia realizado sob a orientação científica do
Prof. Doutor André Teixeira

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

Aos meus pais que fizeram de mim a pessoa que sou.

Ao meu irmão, que por mais que cresça, será sempre o meu "mais novo".

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Doutor André Teixeira pela orientação deste relatório e por toda a ajuda prestada.

À Raquel Santos, pelo incentivo e por me ter “oferecido” o Convento do Carmo para o estágio com a Neoépica. Devo-lhe ainda a paciência, as leituras, correcções e sugestões em cada fase deste relatório. Fonte motivadora incansável, nada seria possível sem o seu apoio e, especialmente, a sua amizade.

Agradeço ao António Marques por “partilhar” o Convento do Carmo comigo. Nunca esquecerei as nossas “discussões” entusiastas sobre estratigrafia e materiais que muito contribuíram para a minha aprendizagem e compreensão do sítio. Agradeço-lhe ainda por ter disposto do seu tempo para ler o texto e pelos elogios, sugestões e, sobretudo, críticas, que tornaram este trabalho mais completo.

Ao Nelson Antunes e à Maria Inês Raimundo que, totalmente alheios ao suborno com comida, bebida e doces, contaram fragmentos de cerâmica como se a minha vida dependesse disso. Ao Nelson agradeço ainda por me ter dado o espaço e o tempo necessário para trabalhar, por não me ter deixado desistir quando a pressão se abatia sobre mim e por toda a ajuda nos “finalmentes”.

Aos outros membros da “família” Neoépica pelo apoio e estímulo constantes. Ao Nuno Neto, Paulo Rebelo, André Manique e Miguel Rocha um muito obrigada por, com um interesse genuíno, terem ouvido as minhas teorias e as minhas dúvidas.

A todos os meus colegas que constituíram “a equipa do Carmo”, com quem partilhei alegrias, triunfos e frustrações ao longo das quatro estações que passámos em campo (algumas delas até repetimos!). Agradecimentos especiais à Eva Leitão, Vanessa Filipe e Zé Pedro. À Mónica Gomes, pela amizade e por partilhar comigo, mais do que conhecimentos, a sua veia artística. Ao Tiago Curado agradeço ter partilhado comigo a leitura dos numismas recolhidos durante os trabalhos.

Aos meus pais e ao meu irmão, por todo o encorajamento. Ao Tiago Araújo que manteve a calma quando a tecnologia se virou contra mim. A Arqueologia pode não ser o seu forte, mas não o supero no Illustrator!

Resumo

Arqueologia Urbana em Lisboa: o Convento do Carmo entre os séculos XIV e XIX

Helena Isabel Henriques Pinheiro

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia preventiva, Convento do Carmo, medieval, cerâmica.

No estágio desenvolvido na intervenção arqueológica em curso na área envolvente ao Convento do Carmo, em Lisboa, foi possível recolher abundante espólio que ajuda a compreender a sua ocupação desde o período medieval aos nossos dias. O relatório que aqui se apresenta pretende abordar, numa fase prévia e de âmbito generalizado, a problemática das intervenções preventivas em contexto urbano, partindo para o caso específico do Convento do Carmo.

As observações feitas na zona tardoz do convento durante os trabalhos de escavação lançaram as bases para a escolha de um conjunto cerâmico como objecto de estudo. A existência, na fachada Este, de algumas marcas de canteiro com vestígios de pigmento vermelho permitiu teorizar sobre a hipótese de parte da fachada ter sido aterrada não muito tempo após a sua construção. Foi com base nessa hipótese que se optou por estudar a cerâmica recolhida no depósito [1298]/[705], sedimento que assentava parcialmente no alicerce do monumento.

Abstract

Urban archaeology in Lisbon: the Convento do Carmo between the 14th and 19th centuries

Helena Isabel Henriques Pinheiro

KEYWORDS: Preventive archaeology, Convento do Carmo, medieval, ceramic

In the internship that took place during the archaeological intervention at Convento do Carmo, in Lisbon, we were able to recover a lot of materials that will help us understand its occupation since the medieval period until our days. This report aims to approach, in a preliminary phase and of general ambit, the problematic of preventive archaeological interventions in urban areas through the specific case of Convento do Carmo.

The observations made in the back area of the convent during the excavation works, have been the support in order to choose a set of ceramics as the study object. The existence, in the East façade, of some stonemasons' marks with traces of red pigment has allowed us to theorize about the façade that maybe was grounded not long after its construction. It was based on this hypothesis that we have chosen to study the ceramic collected in the deposit [1298]/[705], a sediment that laid partially on the monument foundation.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	ii
Índice.....	iii
1. Introdução.....	1
2. Trabalhos desenvolvidos no âmbito do estágio.....	3
2.1. A entidade promotora.....	4
2.2. Tarefas desempenhadas em campo e objectivos a alcançar.....	5
2.3. Tarefas desempenhadas em gabinete: limpeza, separação e inventariação dos materiais.....	7
2.3.1. As unidades estratigráficas [1298] e [705].....	9
2.3.1.1. Critérios de quantificação.....	9
2.3.1.2. As formas e a sua função.....	10
3. A arqueologia urbana e preventiva.....	11
3.1. A legislação e outros documentos relevantes.....	12
3.2. As intervenções em contexto de obra: a importância de uma conservação pelo registo e principais condicionalismos.....	16
4. O Convento do Carmo.....	20
4.1. Enquadramento geográfico e geológico.....	20
4.2. Enquadramento histórico.....	21
5. Os trabalhos arqueológicos de campo: resultados.....	25
5.1. As intervenções prévias realizadas entre 2008 e 2011.....	25
5.2. A intervenção em contexto de obra.....	26
6. A cerâmica medieval das unidades estratigráficas [1298] e [705].....	31
6.1. Recipientes de cozinha.....	32
6.2. Recipientes de mesa.....	35
6.3. Recipientes de armazenamento.....	37
6.4. Outros utensílios.....	38
6.5. As pastas, o tratamento das superfícies e as decorações.....	39
6.6. Análise do conjunto.....	43
7. Considerações finais.....	46
8. Referências bibliográficas.....	48
9. Anexos.....	66
9.1. Cartografia e fotografias gerais	
9.2. Fotografias de materiais	
9.3. Estampas	
9.4. Inventário	

1. Introdução

O relatório que aqui se apresenta resulta de um estágio realizado no âmbito do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Teve lugar na área envolvente do Convento do Carmo, em Lisboa, no âmbito de uma intervenção arqueológica de carácter preventivo levada a cabo pelo Centro de Arqueologia de Lisboa e pela empresa Neoépica, em contexto de obra. Foi orientado pelo Prof. Doutor André Teixeira e acompanhado pela arqueóloga Raquel Santos, da Neoépica.

A obra onde se desenvolveu o estágio resulta do projecto de recuperação do Chiado, da autoria do arquitecto Álvaro Siza Vieira. Estando o Convento do Carmo inserido no “Nível II” de interesse arqueológico estabelecido no Plano Director Municipal de Lisboa, houve necessidade de realizar trabalhos prévios que avaliassem o impacto do projecto ao nível do subsolo. Assim, na sequência dos resultados das sondagens de diagnóstico efectuadas entre 2008 e 2011 por arqueólogos do Centro de Arqueologia de Lisboa (Marques e Bastos, 2013), procedeu-se, já no decurso da empreitada (iniciada em 2013 e ainda em curso), à escavação manual de todos os contextos arqueológicos identificados.

O estágio, com um total de 800 horas, foi dividido em duas etapas. A primeira fase consistiu no desempenho de funções de carácter profissional numa intervenção arqueológica. Desenvolveram-se várias tarefas, entre as quais a definição e escavação de depósitos, registo gráfico e fotográfico, preenchimento de fichas descritivas das diversas realidades e desmonte de estruturas murárias. Numa segunda fase, optou-se por analisar um conjunto de materiais cerâmicos recolhidos num dos depósitos que se verificaram cobrir o embasamento do monumento.

Na elaboração do relatório, optou-se por abordar três tópicos principais. Um primeiro diz respeito a uma análise mais geral do contexto em que os trabalhos de campo se inseriram e que é a realidade da arqueologia preventiva. Assim, criou-se um capítulo dedicado ao desenvolvimento da arqueologia em meio urbano, nomeadamente Lisboa: como surgiu, qual a legislação que lhe é afectada, quais os principais condicionalismos e intervenientes. Um outro ponto integra a descrição dos principais resultados obtidos durante a escavação da zona tardoz do Convento do Carmo e que demonstram uma ocupação contínua desde a Idade Média à actualidade. Esta zona,

conhecida como os Terraços do Carmo, é constituída por três plataformas escalonadas. Foi na plataforma superior, que corresponde essencialmente àquilo que designaremos por Área A, que se desenvolveram os principais trabalhos e onde os resultados foram mais interessantes. Na plataforma inferior, exceptuando parte da muralha de contenção do Carmo que foi posta a descoberto numa sondagem, apenas se identificaram níveis consentâneos com a ocupação do espaço pela Guarda Nacional Republicana. Finalmente, um terceiro ponto consiste na apresentação dos resultados alcançados através do estudo de um conjunto de materiais cerâmicos. Uma vez que as horas previstas para o estágio foram usadas sobretudo em campo, o estudo dos materiais foi pouco aprofundado, centrando-se especialmente numa análise formal e funcional dos fragmentos, que permitisse estabelecer uma cronologia para os mesmos.

2. Trabalhos desenvolvidos no âmbito do estágio

O projecto de Recuperação do Chiado, da autoria do arquitecto Álvaro Siza Vieira, prevê *converter uma plataforma adjacente ao Convento do Carmo, sobranceira ao Rossio, que estava ocupada por barracões da GNR [...] num terraço com valência de miradouro, dotado de cafetaria, donde se pode desfrutar uma privilegiada vista sobre a Baixa e a colina do Castelo* (Carneiro, 2014, p.6). Por este motivo, foram realizadas sondagens de diagnóstico extramuros da Igreja e do Convento com o objectivo de melhor conhecer o espaço e também de avaliar o estado de conservação e o valor patrimonial das estruturas identificadas (Marques e Bastos, 2013, p.1091). Essas intervenções, que decorreram em 2008 e em 2010/2011, ficaram a cargo do arqueólogo António Marques, do Museu da Cidade.

Em finais de Julho de 2013, já no decurso da obra referida, iniciaram-se os trabalhos arqueológicos preventivos, ainda em curso. Estes desenvolveram-se em duas zonas, com realidades arqueológicas bastante distintas: a primeira corresponde aos conhecidos Terraços do Carmo, na parte tardoz do convento; a segunda a todo o espaço ao longo da fachada Sul, designada Pátio B à igreja do Carmo. Ambas as zonas contaram tanto com intervenção em área como com sondagens de diagnóstico em pontos específicos.

A zona dos Terraços do Carmo foi subdividida em duas áreas, correspondendo a Área A ao patamar superior e a Área B ao patamar inferior. O patamar intermédio, à cota da qual se baixou sensivelmente o patamar superior, foi caracterizado sobretudo por sondagens de diagnóstico, das quais se destacam as sondagens VI e VII para a compreensão da construção e ocupação medieval do convento. A zona do Pátio B à igreja do Carmo foi também subdividida em duas áreas: a Área A correspondeu ao espaço entre a esquina SO do Convento do Carmo e o Portal Sul, sendo delimitada a Sul pelo antigo Palácio dos Condes de Valadares; a Área B ocupou o espaço imediatamente a Este do referido Palácio até à base das *Escadinhas da Piedade* (**Figura 1**).

2.1. A entidade promotora

O estágio, com início a 7 de Abril de 2014 e prevendo um total de 800 horas, foi promovido pela Neoépica, empresa de arqueologia com quem colaboramos desde 2010. Decorreu de um protocolo celebrado entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a Neoépica e a signatária deste trabalho, para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

Fundada em Novembro de 2005, a Neoépica é actualmente constituída por três sócios - Raquel Santos, Nuno Neto e Paulo Rebelo - e dois colaboradores permanentes - André Manique e Miguel Rocha. Os três sócios são licenciados em História, Variante de Arqueologia pela FCSH da UNL, tendo depois especializações em áreas distintas. Raquel Santos fez dissertação de Mestrado sobre “Arqueologia da Arquitectura” e Paulo Rebelo sobre “A Pedra Lascada do Povoado Calcolítico de Vila Nova de São Pedro”, ambos pela Universidade do Algarve. Nuno Neto é pós-graduado em Geoarqueologia pela FCSH da UNL, onde se encontra também a frequentar o Mestrado em Arqueologia.

Durante os seus dez anos de existência, a Neoépica conta com importantes trabalhos arqueológicos de Norte a Sul do país, destacando-se a colaboração em projectos desenvolvidos pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. (onde o povoado calcolítico de Porto Torrão, em Ferreira do Alentejo, assume posição de destaque), pela Parque Escolar E.P.E. (destacando-se a identificação de uma necrópole de cronologia medieval islâmica e cristã na Escola Secundária Diogo de Gouveia) e pelo Baixo Sabor – Bento Pedroso Construções e Lena ACE (Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor), onde foi possível intervencionar em vários sítios datáveis desde o Paleolítico Superior à Idade do Ferro. Em Lisboa, para além da presente intervenção no Convento do Carmo, destacam-se os trabalhos levados a cabo na zona da Ajuda (onde identificou e escavou um importante povoado enquadrável na Pré-história recente) e na zona da Lapa (onde detectou vestígios de um centro produtor de faiança datável dos séculos XVII e XVIII).

Estando a integrar a equipa de arqueólogos e técnicos de arqueologia que desenvolviam já trabalhos de campo no Convento do Carmo, e uma vez que a entrada em vigor do Processo de Bolonha permitiu a realização de estágios curriculares como alternativa à elaboração de dissertações de mestrado, optou-se por conciliar a conclusão

do 2º ciclo, na componente não lectiva do curso, com uma actividade prática. Sendo o estágio realizado em campo e complementado em gabinete, foi possível garantir a aplicação prática de conhecimentos teóricos adquiridos durante a licenciatura e a parte curricular do Mestrado.

2.2. Tarefas desempenhadas em campo e objectivos a alcançar

Embora inicialmente se tenha pensado o relatório de estágio como uma descrição e reflexão exclusiva dos trabalhos realizados em campo, optou-se, dados os vestígios recuperados e observados, por complementá-lo com a análise de um conjunto de materiais cerâmicos. Serão abordados os trabalhos realizados na Área A e na sondagem VI dos Terraços do Carmo, uma vez que foi aí que se recolheram os materiais objecto de estudo. A primeira compreende o patamar superior que se desenvolve a Norte das capelas de cabeceira da Igreja, ao longo da fachada Este da mesma. A segunda foi implantada no limite SE da Área A, numa zona bastante afectada por estruturas contemporâneas. Optou-se ainda por fazer algumas referências pontuais aos trabalhos levados a cabo na sondagem VII, uma vez que permitiram avaliar o embasamento da Igreja.

A escavação foi feita seguindo a metodologia preconizada por Barker e Harris, sendo atribuída a cada unidade estratigráfica uma numeração sequencial, sendo estas alvo de registo gráfico e fotográfico e removidas pela ordem inversa à sua deposição. Os depósitos sedimentares foram escavados seguindo os seus contornos naturais, uma vez que não se justificava a necessidade de criação de níveis artificiais. As excepções a esta metodologia foram as estruturas murárias identificadas que, por necessitarem de autorização para desmonte por parte da Tutela e mesmo por questões de segurança, foram frequentemente removidas em último lugar. Esta situação permitiu, contudo, registar os alçados das estruturas o que, tendo em conta que estas preenchiem a totalidade das valas de fundação, não seria possível de outra forma.

As estruturas foram desmontadas com recurso a martelo eléctrico ou maquinaria ligeira (bobcat), os níveis sedimentares foram escavados manualmente a picareta, pico e colherim, consoante as necessidades. No caso dos vestígios antropológicos a escavação

foi feita a colherim, tecos de madeira e metal, entre outros instrumentos de maior precisão.

O registo incluiu fotografias a cores, gerais e de pormenor, das diversas realidades arqueológicas, bem como o desenho à escala 1:20 ou croquis em caderno de campo, devidamente cotados. Os enterramentos foram alvo de um registo fotográfico digital georreferenciado que permitisse, em gabinete, a execução gráfica à escala 1:10 ou 1:20, com indicação altimétrica, em formato DWG. Em campo procedeu-se à elaboração de croquis das inumações para georreferenciação.

Cada unidade estratigráfica, fosse depósito ou estrutura, contou ainda com o preenchimento de fichas descritivas relativamente às suas características e relações estratigráficas com outras realidades. Também as inumações foram alvo de preenchimento de uma ficha de enterramento individual por parte do especialista em antropologia física que integrava a equipa.

Os materiais arqueológicos recolhidos em cada camada foram ensacados e identificados com uma ficha com as informações básicas do seu contexto. No caso dos níveis contemporâneos, houve por vezes necessidade de fazer uma selecção do material a recolher, procedendo-se, no entanto, à sua descrição em caderno de campo.

Uma vez que o projecto de reabilitação do espaço previa o rebaixamento de toda a área, *grosso modo*, até à cota do embasamento da Igreja, o objectivo primário da intervenção consistiu na leitura da ocupação da zona tardo da Igreja, desde a actualidade à sua construção. Embora as estruturas identificadas dissessem respeito, na sua maioria, à ocupação destes terraços por parte da GNR, o espólio artefactual recolhido nos diversos aterros permitiu diferenciar distintos momentos de uso ou ocupação do terraço. A ocupação medieval do espaço foi a que mais interesse suscitou, sobretudo por sugerir que a fachada do edifício não terá estado exposta muito tempo após a sua construção. Foi com base nesta hipótese que se seleccionou para estudo o material cerâmico das unidades estratigráficas [1298]/[705], depósito que assentava parcialmente sobre o alicerce do monumento.

2.3. Tarefas desempenhadas em gabinete: limpeza, separação e inventariação dos materiais

O material recolhido no decurso dos trabalhos de campo foi tratado nas instalações da empresa Neoépica. Em gabinete, as tarefas levadas a cabo incluíram a lavagem, secagem e separação do material por categoria e, dentro de cada categoria, por unidade estratigráfica crescente (seguindo a metodologia em uso no Centro de Arqueologia de Lisboa). Dada a abundância de material arqueológico recolhido nesta intervenção, e as restrições financeiras típicas deste género de trabalhos, optou-se por fazer um inventário em sistema de lotes.

No caso das cerâmicas, que constituíam a larga maioria dos artefactos recolhidos, foram criados lotes para bordos, fundos, asas e paredes. Os bordos da cerâmica comum fosca e vidrada foram contabilizados à unidade, enquanto o restante foi contabilizado ao peso. No conjunto das faianças e porcelanas, para além dos bordos, contabilizaram-se à unidade também os fundos. Os vidros, metais, faunas e cerâmica de construção foram contabilizados ao peso. Estima-se que terão sido recolhidos entre as duas zonas intervencionadas mais de 43000 fragmentos (nos casos contabilizados à unidade) e mais de 5440kg (nos casos contabilizados ao peso).

Procedeu-se à elaboração de dois inventários, um para os Terraços do Carmo e outro para o Pátio B à igreja do Carmo. A referência atribuída a cada um dos lotes é composta pelo acrónimo do sítio, o ano da intervenção, o número de sondagem (nos casos específicos em que tal se aplica), a unidade estratigráfica e o número de inventário propriamente dito.

Esta inventariação por lotes não invalida que possa ser feito posteriormente um inventário mais detalhado. No caso da unidade objecto de estudo neste relatório, optou-se por acrescentar uma nova numeração ao número atribuído ao lote. Assim, a título de exemplo, num bordo da unidade [1298] poderá ler-se TC/13.[1298].886.1, sendo que “886” corresponde ao número de lote atribuído ao conjunto dos bordos da unidade e “1” ao novo número de inventário de um bordo específico. Os materiais foram depois acondicionados em contentores identificados com o acrónimo do sítio, a área ou sondagem, a unidade estratigráfica e os números de inventário que aí se encontram.

Para o inventário geral da intervenção criou-se um modelo de tabela em Excel que permitisse uma fácil leitura e interpretação quantitativa dos materiais recolhidos. Os campos criados correspondem aos critérios considerados essenciais para a caracterização do conjunto:

- Número de inventário: corresponde ao código com o acrónimo do sítio e o ano da intervenção, neste caso TC/13 (Terraços do Carmo, 2013) ou PBIC/13 (Pátio B à igreja do Carmo, 2013), seguindo-se a unidade estratigráfica e o numeral árabe atribuído ao lote (no caso de se tratar de sondagem, acrescenta-se o número da mesma).
- Contentor: corresponde ao contentor em que o artefacto é depositado.
- Tipo: identificação do tipo de artefacto observado.
- Designação: identificação da forma tipológica do artefacto em estudo.
- Porção: Identificação da porção da peça a que corresponde o fragmento: bordo (onde se incluíram fragmentos com perfil completo), fundo, asa (onde se incluíram as pegadas) ou parede.
- Número de fragmentos: identificação do número de fragmentos que correspondem ao número de inventário indicado ou, no caso específico de fundos, asas, paredes, faunas, metais, cerâmica de construção, ao peso dos lotes, em gramas.
- Cronologia: identificação da cronologia do lote com base nas suas características tipológicas, decorativas e estratigrafia em que foi exumada.
- Foto: indicação do número de foto associado à peça.
- Observações: usado para a prestação de informações adicionais que se considerem úteis para o entendimento do elemento em análise.

Para o inventário detalhado das unidades estratigráficas [1298] e [705] procedeu-se à elaboração de uma tabela com campos mais específicos, embora se mantivessem alguns dos campos gerais (Nº Inventário, Contentor, Porção, Cronologia, Observações) de forma a poder conjugar ambos os inventários. Assim, acrescentaram-se:

- Categoria: este campo vem substituir o campo “Tipo”, embora com o mesmo objectivo.
- Forma: identificação da forma da peça inventariada.
- Tipo: nesta tabela o critério “Tipo” foi usado para enquadrar a subdivisão feita em cada forma segundo as suas especificidades formais.
- Diâmetro do bordo.
- Espessura: espessura média das paredes das peças inventariadas.
- Acabamentos/decorações: identificação ou descrição sumária do tipo de decoração ou tratamento de superfície dos artefactos cerâmicos.
- Desenho: indicação sobre se a peça foi ou não desenhada. Uma vez que foram desenhados poucos fragmentos e que as estampas foram organizadas por formas (o que facilita a consulta), não se achou necessário fazer referência ao número de estampa.
- Foto: mais do que a indicação do número de fotografia, este campo serviu apenas para indicar se a peça foi ou não fotografada.

Relativamente ao desenho dos fragmentos, este foi feito em papel milimétrico à escala 1:1. Estes foram posteriormente tintados no programa Adobe Illustrator CS5, sendo dispostos em Estampas criadas com o mesmo programa e individualizadas de acordo com as suas formas. Para as Estampas, os desenhos e a escala gráfica que os acompanha foram reduzidos para 33,3%, ficando à escala 1:3.

2.3.1. As unidades estratigráficas [1298] e [705]

2.3.1.1. Critérios de quantificação

O inventário do conjunto seleccionado obedeceu a critérios específicos que facilitassem a sua análise, sem esquecer os condicionalismos de tempo, uma vez que o Estágio se desenvolveu essencialmente em campo. Foi feito um inventário geral por lotes na sede da Neoépica, tendo sido a cerâmica desta unidade, à semelhança do que foi feito com as das restantes unidades da intervenção, dividida por categoria (cerâmica comum fosca, cerâmica comum vidrada, cerâmica esmaltada de importação) e por

porções de peça (bordos, fundos, asas, paredes) dentro de cada categoria. A cada um dos lotes tinha sido atribuído um número de inventário, pelo que se optou por acrescentar ao número de lote uma nova contagem iniciada em 1 que correspondesse, individualmente a cada fragmento.

Embora se tenham contado todos os fragmentos cerâmicos recolhidos na camada [1298], apenas se individualizaram os fragmentos de bordos, os fundos ou asas que apresentassem decoração ou permitissem efectivamente uma identificação clara da forma a que pertenciam, e as paredes decoradas (destas não se individualizaram as de talha, embora se tenha fotografado exemplares para amostra das diferentes decorações presentes). Da camada [705], uma vez que o conjunto já se encontrava bem caracterizado, procedeu-se à contagem de todos os fragmentos, mantendo a separação por porções. Relativamente aos bordos fez-se ainda uma análise qualitativa e quantitativa das formas.

Dos fragmentos individualizados, só foram quantificados para estabelecer o número mínimo de indivíduos (NMI) os bordos e os perfis completos (abreviados na tabela de inventário pelas iniciais “PC”). Os exemplares que suscitaram algumas dúvidas e cujas formas aparecem na tabela de inventário seguidas por um ponto de interrogação foram, para o efeito, também contabilizados. Nos casos em que se detectaram colagens entre fragmentos, só se contabilizou uma unidade, sendo estes colados e colocados juntos num saco mais pequeno dentro do saco geral. Os valores apresentados do número de fragmentos e do NMI seguem a proposta do Protocolo Beauvray (1998).

2.3.1.2. As formas e a sua função

Para a classificação dos fragmentos apresentados recolheu-se primeiramente alguma bibliografia onde constassem materiais cerâmicos de cronologias análogas àqueles em estudo. Assim, embora se tenham consultado vários trabalhos, importa destacar o artigo de Alexandra Gaspar e Clementino Amaro sobre Lisboa (1997, p.337-345) e a tese de Isabel Fernandes sobre Palmela (2004) que serviram efectivamente de base de apoio a este trabalho.

A terminologia utilizada para descrever as formas consiste naquela sugerida por Cláudio Torres, Susana Gómez e Manuela Barros Ferreira (2003), excepto no caso das pedras de jogo em que se optou pelo termo “malhas de jogo”. Relativamente à organização das formas por categorias funcionais deu-se primazia àquela apresentada por Helena Catarino (1997/98), embora também com algumas excepções. O conjunto foi dividido sobretudo em recipientes de cozinha, recipientes de mesa, recipientes de armazenamento e utensílios específicos onde se incluem os de iluminação, lúdicos e outros. De salientar que esta divisão não é taxativa, sobretudo no caso dos recipientes de cozinha e de mesa uma vez que frequentemente servem ambos os ambientes.

3. A arqueologia urbana e preventiva

A arqueologia urbana é, cada vez mais, uma realidade comum à grande maioria dos profissionais de Arqueologia. Assim, serve este ponto introdutório do trabalho para apresentar uma visão geral da situação em que a actividade arqueológica em meio urbano se processa e quais os esforços que os seus intervenientes empreendem para o seu sucesso. Analisam-se estas questões particularmente no que respeita ao território de Lisboa, embora, muitos dos conteúdos aqui discutidos possam ser generalizados para muitas outras cidades do país.

A arqueologia urbana [é um] conceito [que] deve ser aplicado exclusivamente ao estudo arqueológico das cidades actuais. [...] Implica métodos próprios que derivam da complexidade estratigráfica dos subsolos das cidades históricas. Os sucessivos níveis de ocupação sobrepõem-se, recortam-se, formando um puzzle complexo, que exige registos muito rigorosos e um conhecimento profundo dos materiais de diferentes épocas (Lemos e Martins, 1992, p.93). Essa exigência é prioritária pois a investigação arqueológica constitui um acto irrepetível – quer resulte de uma destruição no decurso de uma obra não acompanhada, quer resulte de uma intervenção arqueológica, de acompanhamento de obra ou projecto de investigação (Fabião, 1994, p.147-148).

Embora durante o século XVIII se tenha verificado um fortíssimo interesse por parte de alguns humanistas no estudo da cidade de Lisboa, ou melhor da *Olisipo* romana, foi efectivamente na segunda metade do século XX que a Arqueologia se

assumiu como uma realidade marcante. No século XVIII, o estudo dos vestígios do passado deveu-se sobretudo às descobertas feitas aquando da reconstrução pombalina da cidade de Lisboa, após o Terramoto de 1755. Posteriormente, já no século XX, o aparecimento de vestígios de épocas que não unicamente a romana permitiu perceber que o estudo do passado humano não é exclusivo dos classicistas, ao mesmo tempo que a presença de vestígios fora do “centro histórico” permite supor uma ocupação anterior em toda a cidade que, ao desenvolver-se e transformar-se, exige um crescimento das intervenções arqueológicas que salvaguardem, sobretudo pelo registo, os vestígios ocultos no subsolo (Fabião, 1994, p.149-152).

3.1. A legislação e outros documentos relevantes

A partir de 1980 a entidade responsável pela gestão e intervenção no património arqueológico em Portugal foi o IPPC (Instituto Português do Património Cultural). Uma das suas acções mais inovadoras, se bem que limitada, foi a implementação de uma lei de protecção do património cultural português, em 1985. Neste documento, embora sejam referidos genericamente os bens arqueológicos (móveis e imóveis) como parte integrante do património arqueológico, não se especifica exactamente que bens são esses (Decreto-Lei nº 13/85 de 6 de Julho). Esta lei sofreu alterações apenas em 2001, num diploma que, embora mais completo no que toca ao património cultural em geral, continuou deficiente no que diz respeito à área da Arqueologia, sobretudo quanto aos vestígios móveis (Decreto-Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro).

Em Setembro de 1986 é assinada em Toledo a “Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas”, que vem tentar definir *os princípios e os objectivos, os métodos e os instrumentos de acção adequada para salvaguardar a qualidade das cidades históricas, favorecer a harmonia da vida individual e social e perpetuar o conjunto dos bens, mesmo modestos, que constituem a memória da Humanidade*. Parece pertinente destacar, neste documento, os pontos 1 e 11, ao nível dos princípios e objectivos e dos métodos e instrumentos, respectivamente. No primeiro parece estar patente a percepção de que *a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser tomada em conta nos planos de ordenamento*

e de urbanização, a todos os níveis. No segundo afirma-se que um melhor conhecimento do passado das cidades históricas [é possível] favorecendo as pesquisas de arqueologia urbana e a apresentação apropriada das suas descobertas sem prejudicar a organização geral do tecido urbano (p. 1-2).

Em 1990 foi criada no seio do Departamento de Arqueologia do IPPC a Divisão de Salvaguarda e Valorização, entidade que veio tentar responder à crescente necessidade de trabalhos arqueológicos de salvamento na zona dita “histórica” da cidade (Amaro, 1994, p.219). Em 1992 o IPPC foi extinto, dando lugar ao IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico). A polémica sobre a preservação das gravuras paleolíticas de Foz Côa, que culminou com a suspensão do projecto de aproveitamento da energia das águas do Rio Côa no final de 1995, pareceu criar uma “crise” no seio do IPPAR. Tornava-se evidente que a disciplina da Arquitectura era mais forte e mais apadrinhada do que a da Arqueologia (Oosterbeek, 2008, p.140-141). Visto o IPPAR prestar apoio sobretudo ao nível da conservação, restauro e valorização de monumentos históricos, tornou-se essencial a criação de uma entidade estatal que tenha uma actuação específica no âmbito da generalidade do património arqueológico. Foi criado então o IPA, Instituto Português de Arqueologia (Decreto-Lei nº 117/97, de 14 de Maio). Pela primeira vez em Portugal o património arqueológico aparecia independente do património arquitectónico, tutelado por uma entidade dedicada exclusivamente à área da Arqueologia.

A criação do IPA repercutiu-se num avanço substancial em termos do enquadramento legal da actividade arqueológica. Foi apenas em 1997 que a Assembleia da República Portuguesa rectificou a *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista)*, aberta à assinatura em La Valetta, Malta, em Janeiro de 1992 (Resolução nº 71/97). Tratou-se, então, de um dos mais importantes documentos referentes à definição, identificação e conservação do património arqueológico. A aplicação das directrizes deste documento em Portugal teve como consequência imediata o crescimento exponencial das medidas preventivas e de minimização de impactes, os trabalhos prévios e os acompanhamentos de obras, sobretudo em áreas urbanas, onde trabalhos de construção ou de reabilitação são mais frequentes (Lemos, 2006, p.16). O acompanhamento arqueológico de obra, por exemplo, quase inexistente até 1997, tem-se mostrado, tanto em meio rural como urbano, essencial ao revelar vestígios arqueológicos não reconhecíveis em trabalhos de

prospecção de superfície. O aumento destes trabalhos ditos de “arqueologia preventiva” passou a ser acompanhado por uma diminuição das “intervenções de emergência”. (Bugalhão, 2011, p.26-27). Outra consequência directa deste diploma foi também a criação e proliferação de empresas privadas que desenvolvem trabalhos na área da Arqueologia e que, actualmente, são quem emprega, a contrato ou em regime de recibos verdes, a maior parcela de Arqueólogos, Técnicos de Arqueologia e Antropólogos do país (Bugalhão, 2011).

Entretanto, no caso específico de Lisboa, só em 1994, se promulgava o Plano Director Municipal, um documento de planeamento estratégico que estabelece as linhas de desenvolvimento urbanístico do município. Freguesia a freguesia inventariou-se a área urbana, definindo-se três grandes categorias em que se inseriram os itens inventariados: objectos e objectos com área anexa, conjuntos e núcleos urbanos. Por sua vez, estas foram divididas em quatro níveis de interesse arqueológico, de acordo com a evolução territorial da cidade e a probabilidade da ocorrência dos achados arqueológicos. Assim, de “Nível 1-1” os níveis pré-medievais e medievais; de “Nível 1-2” os medievais; de “Nível 2” os medievais e pós-medievais; e “Sítio arqueológico” todo aquele com níveis pré e proto-históricos (Resolução nº 94/94 de 29 de Setembro, p.207-214). O desenvolvimento de projectos em cada nível passou a exigir trabalhos arqueológicos específicos, embora não clarificados neste documento.

Em 1999, a separação entre a vertente arquitectónica e a arqueológica do património resultante da criação do IPA, faz surgir um regulamento de trabalhos arqueológicos, que pretende *acautelar a salvaguarda e estudo do património arqueológico ameaçado por [cada vez mais] intervenções humanas de diversa natureza e dimensão, que passa, assim, a merecer atenção prioritária* (Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de Julho). Efectivamente foi sob o IPA que a Arqueologia em Portugal mais se desenvolveu, tornando *necessária a publicação de um novo regulamento de trabalhos arqueológicos que [...] procure, de um modo expedito e não burocratizante, incrementar a actividade arqueológica em Portugal numa perspectiva de investigação interdisciplinar e interinstitucional* (Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho). O IPA desempenhou um papel essencial na aprovação de trabalhos arqueológicos e na sua fiscalização. Nuno Soares parece considerar, talvez correctamente, que a entidade reguladora da investigação arqueológica deve *ser uma autoridade administrativa autónoma e estritamente imparcial [que assegure] a existência e gestão de recursos de*

apoio à investigação arqueológica, no âmbito das ciências naturais e exactas e de divulgação científica e de massas (2006, p. 16).

Em 2007 este cenário sofre outro revés e a entidade responsável pelo património arqueológico volta a ser uma entidade também responsável pelo património arquitectónico: o IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico). Resulta, por decreto, da fusão entre o Instituto Português do Património Arquitectónico e o Instituto Português de Arqueologia e incorpora ainda parte das atribuições da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sob tutela do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (Decreto-Lei nº 96/2007 de 29 de Março). Este panorama também não sobrevive muito tempo e, pelo Decreto-Lei nº 126 – A/2011 de 29 de Dezembro, o IGESPAR foi extinto, sendo objecto de fusão com o Instituto dos Museus e da Conservação. As respectivas atribuições relativas ao património cultural passam a ser integradas na Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). É esta a entidade que, presentemente, tutela a prática dos trabalhos arqueológicos em Portugal.

Em 2012, a versão revista do PDM de Lisboa redefine o espaço urbano em três níveis de interesse arqueológico. No Nível Arqueológico I enquadram-se locais com pré-existências já identificadas de inegável valor e potencialidade patrimonial, nomeadamente a área envolvente do Castelo de São Jorge, o Teatro Romano de Lisboa, a Sé Catedral, as Termas dos Cássios/Largo da Madalena, o Largo da Sé/Largo da Igreja de Santo António da Sé, Troços das Cercas Medievais de Lisboa, Galerias Romanas da Rua da Prata e Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Aqui devem proceder-se a estudos prévios que promovam a consolidação e valorização do uso patrimonial. No Nível Arqueológico II incluem-se locais onde já foram detectados testemunhos arqueológicos e onde se preveja uma maior densidade e diacronia dos vestígios. São abrangidos os Centros históricos antigos (área delimitada pela Cerca Fernandina, incluindo a Mouraria, Bairro Alto e Encosta de Santana; Belém; Benfica; Carnide/Luz; Paço do Lumiar/Lumiar; Charneca; Ameixoeira e Chelas), Fábrica Romana de Belém, Arqueossítios de Monsanto (Montes Claros e Vila Pouca), Tapada da Ajuda e Sete Moínhos. Neste caso são obrigatórios trabalhos prévios que avaliem o impacto ao nível do subsolo, descrevendo e fundamentando as acções e medidas a adoptar que assegurem a identificação, preservação e registo das realidades arqueológicas. É neste nível que se insere o Convento do Carmo, onde teve lugar o estágio cujo relatório se apresenta. O

Nível Arqueológico III abrange locais onde as informações disponíveis indiciam a existência de vestígios arqueológicos, designadamente Zonas de expansão periférica dos Núcleos históricos, Núcleos históricos periféricos (Olivais Velho, Telheiras, Benfica, São Domingos de Benfica, Campolide, Belém, Ajuda, Palma de Baixo e Palma de Cima), Frente Ribeirinha, Zonas pré-industriais e industriais de primeira geração, estruturas militares, eixos viários fósseis, arqueossítios da Pré-história à Época romana e Aqueduto das Águas Livres. As medidas propostas para estes locais passam por acompanhamento presencial da obra e, eventualmente, pela realização de trabalhos de identificação, registo ou preservação de elementos de valor arqueológico identificados (p.69-70). Em Lisboa, estes documentos passam a condicionar a arqueologia preventiva e de salvamento na cidade.

Em Novembro de 2014 aprovou-se a alteração ao Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos promulgado em 1999. *A experiência adquirida com a anterior regulamentação permitiu compreender a necessidade de uma maior exigência da tutela sobre a gestão da atividade arqueológica, dos padrões de qualidade dos registos e da interpretação e divulgação dos resultados da intervenção. [Assim], redefinem-se e clarificam-se as políticas de gestão de espólio e de divulgação dos resultados de trabalhos arqueológicos, nas vertentes da publicação científica, sensibilização e educação patrimonial. Estas, para além de decorrerem de uma responsabilidade do arqueólogo, devem constituir uma oportunidade de aproximação da disciplina científica aos cidadãos* (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro).

3.2. As intervenções em contexto de obra: a importância de uma conservação pelo registo e principais condicionalismos

A partir da década de 1990 verificou-se um aumento substancial de trabalhos de obras públicas e privadas, nomeadamente com os mais recentes projectos de reabilitação dos centros urbanos, de que é exemplo o Convento do Carmo. A título de exemplo podem consultar-se os dados apresentados por Jacinta Bugalhão para 1996 e 2006, em que se passa de um total de 172 para 1316 intervenções arqueológicas (2011, p.26). A adopção de muitas medidas preventivas e minimizadoras pelas entidades promotoras das obras é feita na maioria das vezes porque a entidade financiadora/licenciadora

(governamental ou comunitária) assim o exige e não por haver uma preocupação específica com a salvaguarda do património arqueológico (Gomes, ----, p.1). Por exemplo, uma das atribuições do órgão da tutela é a determinação *aos detentores de bens culturais a realização de trabalhos ou obras necessários para assegurar a respectiva salvaguarda e, em caso de incumprimento, a execução coerciva* (Art. 2º, p. 2774). A aplicação do princípio do “poluidor-pagador” faz com que, cada vez mais, as entidades privadas promotoras de trabalhos que afectem o património arquitectónico e/ou arqueológico sejam responsáveis pelo financiamento dos trabalhos arqueológicos preventivos, mais propriamente da “conservação pelo registo” (Martins e Ribeiro, 2010).

Ora se a “conservação pelo registo” tem sido entendida como a única forma de, em contextos de obra, recuperar, preservar e conhecer o passado, e não sendo obviamente possível impedir todas as obras que afectem o subsolo, cabe aos investigadores da área de arqueologia fazer um levantamento, um inventário, dos vestígios aí conservados para que se possa salvaguardar o “puzzle” que é a ocupação humana dos vários territórios ao longo das épocas (Bugalhão, 2011; Almeida, 2006). Sabendo de antemão que esses vestígios serão destruídos, cabe ao arqueólogo fazer um registo o mais minucioso possível dos mesmos, minimizando o máximo possível a perda de informação. Uma maior eficácia do registo só é conseguida se os investigadores elaborarem estratégias que o tornem mais completo, mas que permitam também o avanço da obra, não criando conflitos com empreiteiros ou donos de obras. A utilização de fichas de escavação detalhadas (de estruturas, interfaces e camadas) que cubram todos os pontos relevantes do registo mas que permitam um preenchimento célere, bem como um “kit” de fotografia e desenho o mais completo possível são as bases essenciais para suprir todas as necessidades. O arqueólogo responsável, bem como toda a equipa em campo, apesar de sensível às necessidades dos empreiteiros, nunca pode esquecer que a sua prioridade é a salvaguarda dos vestígios do passado e posteriormente a divulgação destes aos seus pares bem como à sociedade civil. Deve ser assertivo e manter um contacto constante de forma a explicar a importância e a necessidade da salvaguarda do património arqueológico que é de todos.

O principal obstáculo à harmonia entre os responsáveis pelos trabalhos arqueológicos e os responsáveis pelas empreitadas prende-se sobretudo com a questão dos prazos e, por conseguinte, de dinheiro. O prazo que os donos de obras prevêem para

a realização dos trabalhos arqueológicos, especialmente no que às escavações diz respeito, nem sempre é o correcto. Os arqueólogos, embora façam geralmente algumas previsões, não conseguem estabelecer um prazo específico de duração dos trabalhos, uma vez que não sabem exactamente o que podem encontrar. As estimativas de tempo, quando não cumpridas, podem dar origem a conflitos entre as partes, pelo que é preferível não avançar prazos. Trabalhos que decorram no Inverno contam ainda com condicionantes atmosféricas que contribuem igualmente para os dificultar e atrasar.

Parecem também verificar-se frequentemente falhas de comunicação. Os empreiteiros continuam a ver os arqueólogos como “*Arqueólogo empata obras*”, *retardador do progresso, obstáculo ao impulso positivo da sacrossanta iniciativa económica* (Almeida, 2008, p.146), enquanto muitos arqueólogos consideram ser seu direito estudar o sítio arqueológico sem prestar contas aos empreiteiros ou sem lhes divulgar qualquer tipo de informação. Mesmo para com os trabalhadores indiferenciados, que por vezes são colocados como ajudantes da equipa de arqueologia, há frequentemente uma atitude pouco profissional de ocultação de informações, especialmente no que concerne a espólio mais atractivo (exemplo dos numismas). Se é certo que o conhecimento do passado deve ser tido como um dos objectivos principais aquando da elaboração de projectos, deve também ter-se em conta que atrasos na conclusão das obras custam dinheiro às empresas de construção e causam transtorno à sociedade (Bugalhão, 2011).

Deve haver um esforço de ambas as partes para alcançar os objectivos. A obra deve disponibilizar, sempre que possível, os meios humanos e mecânicos indispensáveis ao andamento dos trabalhos (especialmente ao nível da remoção de terras); os arqueólogos devem, embora com o máximo de rigor, tentar ser céleres de forma a cumprir os prazos da empreitada, tentando também explicar o que se está a fazer e porquê, de modo a que os trabalhadores compreendam e respeitem o trabalho em causa. O objectivo final deve ser não só a minimização de impactes e a salvaguarda do património arqueológico, mas também o estabelecimento de relações profícuas com os donos de obras, para que estes passem a aceitar, sem reservas, a arqueologia como parte integrante de todo e qualquer empreendimento.

Infelizmente o cenário continua a ser negativo. A constante pressão que é feita sobre os arqueólogos leva a que, por vezes, estes descurem o rigor imprescindível ao trabalho arqueológico. *Se os arqueólogos que trabalham nas cidades históricas*

soubessem, à partida, que os seus relatórios seriam avaliados por uma comissão autónoma, formada por especialistas de diversos países, tudo seria diferente (Lemos, 2006, p.20). A aplicação de uma metodologia universal, sujeita a uma fiscalização constante por parte de uma comissão científica especializada, seria fundamental para uma melhoria significativa no desempenho da actividade arqueológica em Portugal e, sobretudo, da ética profissional dos investigadores que fariam o registo das realidades arqueológicas.

A questão da salvaguarda e valorização do património cultural prende-se ainda com uma outra, muito própria, e que é a problemática da divulgação/publicação. Esta última, não só apresenta sérios problemas ao grupo constituído por investigadores (arqueólogos, historiadores, arquitectos, por exemplo), como principalmente ao público não especializado que, muitas vezes, nem tem conhecimento das intervenções feitas ou de conferências, apresentações, workshops ou qualquer outro encontro dedicado quase exclusivamente a profissionais da área. Felizmente, e sobretudo desde os anos 80/90, os arqueólogos têm-se apercebido que *uno de los principios teóricos fundamentales de la investigación arqueológica [...] es que su fin último es dar a conocer los resultados de la misma a la sociedad* (González Alcaide e Blay Feliu, 2008, p.70). Embora se verifique por parte dos investigadores uma convicção de que um relacionamento com o público deve ser um dos objectivos do seu trabalho, sobretudo numa época em que os constantes e crescentes empreendimentos públicos e privados afectam irreversivelmente o património, a verdade é que não são explorados todos os caminhos possíveis para atrair efectivamente o interesse da sociedade. *O Património tem de ser aceite e estimado e não apenas protegido* (Rebelo, 2001, p. 119), pelo que não cabe apenas às entidades estatais ou privadas salvaguardar e valorizar, muitas vezes pela musealização, sítios ou bens materiais. Deve haver também um *comprometimento franco e aberto de todos os cidadãos* (Calado, Pereira e Leite, 2001, p. 105).

4. O Convento do Carmo

4.1. Enquadramento geográfico e geológico

A igreja do Carmo situa-se na actual freguesia de Santa Maria Maior, concelho e distrito de Lisboa, e está registada na base de dados Endovélico com o Código Nacional de Sítio (CNS) 3996. A cidade de Lisboa, localizada na margem direita do rio Tejo, está representada na Carta Militar de Portugal (1:25 000), folha nº431 (**Figura 2**) e na Carta Geológica de Portugal (1:50 000), folha nº34-D (**Figura 4**).

A colina onde se insere a estrutura situa-se entre três formações geológicas de época Miocénica: as designadas Camadas dos Prazeres, as Areolas de Avenida da Estefânia e os Calcários de Entrecampos. Na primeira predominam as argilas e margas de lagunas litorais e estende-se desde Carnide até Santos, passando por Benfica, Palma de Baixo, Campo Pequeno, Praça do Marques de Pombal, Largo do Rato, Prazeres, Estrela e Lapa. Na segunda, que estratigraficamente se sobrepõe à primeira, imperam areias finas, areias argilosas, argilitos e alguns bancos de biocalcarenitos. Desenvolve-se desde Carnide até à Baixa, passando por Telheiras, Campo Pequeno, Campo de Santana, Bairro Alto e base da colina do Castelo de S. Jorge. A última é constituída por biocalcarenitos e por acumulação de conchas e moldes, ligados por cimento carbonatado. Incluem calcarenitos finos margosos e arenitos micáceos pouco carbonatados. No topo passam a areias muito finas e a siltitos argilosos acinzentados. Afloram numa estreita faixa entre Alfama, a Avenida Almirante Reis, o Campo Grande e Carnide, com espessuras que rondam os 10m (Pais, [et al], 2006, p.10-14).

A edificação do Convento do Carmo nesta colina ajudou ao crescimento urbano desta parte da cidade de Lisboa. *Desde a Idade Média ao século XVII, os conventos foram pólos estruturadores do crescimento urbano, na medida em que foram das primeiras construções fora da muralha fernandina.* O Convento da Trindade e o Convento de S. Francisco, fundados no primeiro quartel do século XIII marcam a Ocidente o novo limite da cidade, a abarcar com a nova cerca mandada construir pelo Rei D. Fernando. A estes vem juntar-se, em finais do século XIV, o Convento do Carmo. Para Oriente o limite da muralha estendeu-se até ao Convento da Graça (**Figura 6**) (Matela, 2009, p.32). O carácter estruturador da malha urbana pelos conventos é ainda reforçado pelo diploma do Rei D. Manuel, de 26 de Dezembro de 1500, que

referia que, à data, as encostas dos Montes de S. Roque e do Carmo eram ainda ocupadas por olivais, o que implicava uma fraca densidade populacional (Silva, 1987, p.114).

4.2. Enquadramento histórico

O Convento do Carmo foi mandado erguer por D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431), filho de Álvaro Gonçalves Pereira, Prior da Ordem do Hospital, e D. Iria Gonçalves, sua amante (Martins, 1893). Foi nomeado Condestável do reino aos 25 anos pelo Rei D. João I de Portugal, sendo-lhe entregue o comando supremo do exército português (Cordeiro, 1919, p.104). O monumento foi mandado construir em comemoração da Batalha de Aljubarrota, em Alcobça, onde o exército português, contra todas as probabilidades, saiu vencedor contra os castelhanos de uma das mais marcantes batalhas da História nacional (Coelho, 2004, p.524-525).

A escolha do local pelo Condestável tem gerado alguma polémica entre os estudiosos. Por um lado assume-se que a selecção tenha a ver com uma questão de toponímia, já que o campo do Rossio era também designado por Valverde (aludindo à batalha travada imediatamente após a vitória em Aljubarrota). Por outro, há quem estabeleça um paralelismo com o mito criacionista da ordem carmelita, por quem D. Nuno mostrava grande apreço: esta terá nascido em 1156 no alto de um monte, de nome Carmelo, na Palestina (Pereira, 1989, p.90; Pereira, 2005, p.24). Há ainda quem veja a implantação da Igreja numa colina proeminente de frente para o Castelo de S. Jorge como um contraponto ao poder régio, uma demonstração de poder daquele que, em fortuna, fama e afecto, apenas era superado pelo Rei (Cordeiro, 1919, p.158-159 e Pereira, 1989, p.90).

O local de implantação, em declive acentuado e cujo solo era arenoso e instável, não era favorável à construção, impedindo que os alicerces ficassem de pé. Estes desmoronaram-se tanto à primeira como à segunda tentativa (Pereira, 2005, p.24-25). À terceira tentativa, volvidos oito anos, já com os Mestres Afonso Anes, Gonçalo Anes e Rodrigues Anes, com os canteiros Lourenço Gonçalves, Estêvão Vasques, Lourenço Afonso e João Lourenço e com os amassadores de cal Judas Acarron e Benjamim Zagas, e respectivos trabalhadores, construíram-se finalmente os alicerces (uma espessa base de pedra e argamassa) e o Cruzeiro da Igreja (Marques e Bastos, 2012, p.1092).

Sugeriram os Mestres *que fossem inviazados com seus degraos; e que empeçassem hum bom salto a traz, do valle (hoje chamado Valverde) para que nom só tivessem a terra, que nom corresse, mas que quando as paredes fossem erguidas, nom lhe podesse a terra fazer alguma raparia* (Santa Ana, 1745, p.347). Esta solução construtiva pôde ser comprovada nos trabalhos arqueológicos levados a cabo durante o estágio. Na Área A procedeu-se a um rebaixamento até cerca de 15cm abaixo do topo do alicerce e, na sondagem VII, tentou-se aferir a total profundidade do mesmo.

No que toca à instalação da Ordem do Carmo em Portugal há alguma incerteza relativamente à cronologia da mesma. Segundo o Padre Balbino Velasco a fundação poderá rondar o primeiro terço do século XIV na medida em que os primeiros documentos oficiais sobre o Convento de Moura datam de 1354. No entanto, o autor avança que a mesma poderá ter sido anterior, por volta de 1254 ou pouco depois, pois nesse ano foi determinado no capítulo geral dos Carmelitas de Londres, que se fizessem fundações em Yspania. Quanto aos responsáveis, o autor aponta a Ordem dos Cavaleiros de Malta, não só porque são ainda visíveis vestígios heráldicos dessa Ordem esculpidos nas paredes do antigo Convento de Moura, como também devido ao domínio que essa teve sobre a vila entre o período aproximado de 1251 a 1271 ou 1281 (apud Pereira, 2010, p.23-24).

Em Lisboa, a presença dos carmelitas deve-se ao apreço de D. Nuno Álvares Pereira por esses frades. Em 1392, o Condestável escreveu a Afonso de Alfama (Vigário Geral do Mosteiro de Santa Maria de Moura e dos Carmelitas em Portugal) pedindo-lhe que enviasse frades que viessem ocupar e cuidar da Igreja de Santa Maria, ainda mesmo antes de estarem concluídas as obras. Estes chegam em 1397, ano em que começam a exercitar os *actos de Comunidade*. Em 1404 D. Nuno doou aquela que se tornaria a maior igreja de Lisboa à Ordem Carmelita, ainda com a designação de Santa Maria, e em 1423 doou todos os bens patrimoniais ao convento, já com a designação de Carmo. Foi após esta doação que o Condestável professou votos e ingressou no convento como Frei Nuno de Santa Maria (Santa Ana, 1745, p.349-356).

Relativamente ao convento medieval, pouco se sabe, excepto que terá existido um edifício para esse fim, pois *assim que a obra da Igreja se foy augido logo o piissimo Condestavel dispoz, que se fizesse a necessaria accommodação para os Religiosos, que haviaõ de viver neste seu Convento*, mas que não viriam para Lisboa senão *depois do anno de 1392* (Santa Ana, 1745, p.349-352). Paulo Pereira acredita que o mais provável

é que esse fosse constituído apenas por um conjunto de celas provisórias, baixas, construídas em adobe, junto à cerca. Estas formariam um pequeno claustro de planta quadrangular, dividido em duas alas. Uma das alas estaria ocupada pelas celas, outra pelas dependências mais comuns como a cozinha, o refeitório, entre outras. Para reforçar esta suposição, o autor chama a atenção para a ausência de representação das dependências conventuais em praticamente todas as gravuras existentes do século XVI, o que não aconteceria se estas fossem expressivas. Contudo, deve atender-se também ao facto de praticamente todas as representações consistirem em vistas a partir do rio (1989, p.101-103).

A configuração exterior do monumento assemelhava-se fortemente à da Igreja de Santa Maria da Vitória, em Alcobaça, em construção por ordem de D. João I. Para além dos arcos botantes construídos para suportar as tensões laterais, apenas a cabeceira se apresentava diferente em relação a esse modelo, com uma capela-mor saliente e de maior altura, com seis contrafortes e assistida por quatro absidíolos poligonais escalonados, dois de cada lado, idênticos, embora mais baixos. A cobertura das capelas da cabeceira era em cruzaria de ogivas, com um sistema relativamente simplificado de nervuras na abside, e um, dois ou três tramos rectilíneos (conforme o escalonamento e profundidade) de quatro terceletes e cadeia entre a abside e a nave. Seguia-se um amplo transepto com 33m de comprimento por 9m de largura. O corpo da Igreja, com cerca de 72m de comprimento, era composto depois por três naves. A do centro tinha 20m de altura, com cinco tramos com os respectivos arcos divisórios que rondariam os 18m de altura. A cobertura da nave central era de pedra e as abóbadas, também em cruzaria de ogivas, eram rematadas por fechos ou florões decorados (Pereira, 2005, p.28-29).

A parte central da fachada principal, no alinhamento da nave central, apresentava sobre o portal uma rosácea e um coroamento em empena triangular. O portal inscreve-se num gablete de forma rectangular, ladeado por dois contrafortes, cada um com uma mísula. O portal possui seis arquivoltas e é enquadrado por um arco contracurvado que termina acima do extradorso da primeira arquivolta num ápice conopial coroado por uma flor-de-lis. As ombreiras do portal possuem em ambos os lados seis colunelos assentes em bases quadradas e rematados por capitéis simples com uma decoração de folhas recortadas e cabeças humanas de pequena dimensão (Pereira, 2005, p. 30). A fachada lateral Sul do cruzeiro apresenta um portal bastante idêntico àquele da fachada principal, embora de menores dimensões: exhibe três arquivoltas, as

ombreiras são ladeadas por quatro colunelos e capitéis formalmente semelhantes aos do portal principal. Inscreve-se num gablete triangular muito apontado. A marcar esta fachada estariam sem dúvida os cinco botaréis, dos quais sobreviveu apenas um (2005, p.30-31).

No século XVI efectua-se uma importante obra na fachada Sul da Igreja, muito danificada pelo terramoto de 1531. Em 1542, com D. Nuno Álvares Pereira, neto do Condestável, foi determinado que o portal Sul, no transepto, ficaria permanentemente aberto para que os fiéis pudessem contemplar e adorar a Figura de Cristo Crucificado que se encontrava na *Capela da Encarnação e da Cruz*, no lado Norte do transepto. Contudo, para os frades carmelitas, a entrada contínua de fiéis no cruzeiro perturbava os ofícios do Coro, localizado na capela-mor, pelo que solicitaram ao Papa Sisto V o encerramento desse portal e a abertura de uma outra porta mais a Oeste, o que obtiveram em 1586. A abertura dessa nova porta foi feita em 1591 e a sua localização exacta estava marcada na calçada, que compunha o piso de circulação da época, por um motivo decorativo (**Figura 7**) construído com elementos pétreos basálticos sobre um fundo com elementos calcários brancos. Esta calçada foi parcialmente identificada no âmbito dos trabalhos prévios à implantação do projecto de requalificação urbana, levados a cabo entre 2008 e 2011 (Marques e Bastos, 2013, p.1091-1094).

Ainda no lado Sul da igreja pôs-se a descoberto a tão referenciada capela do *Santo Cristo Cativo* mandada erigir em 1603 pela viúva Francisca Brandoa (**Figura 8**). A construção desta capela implicou a abertura de um vão em arco que ligava a capela à nave da epístola. Esta capela estende-se desde a recém-construída porta travessa até ao transepto. Possuía também uma cripta abobadada que serviu de local de descanso à família Brandão e que foi parcialmente posta a descoberto durante os trabalhos arqueológicos (Marques e Bastos, 2013, p.1094).

Em 1755 o edifício foi fortemente afectado pelo grande terramoto. Grande parte da fachada Sul ruiu e teve de ser reconstruída. Dos botaréis que se alinhavam ao longo da fachada (**Figura 9**) apenas sobreviveu um (**Figura 10**). A reconstrução necessária no Convento do Carmo, grande símbolo da Ordem Carmelita em Portugal, exigiu verbas muito avultadas, que o país foi deixando de poder disponibilizar. As invasões por parte dos franceses logo no início do século XIX, bem como a guerra civil entre liberais e absolutistas no segundo quartel do século, exigiam cada vez mais recursos, chegando mesmo a mandar recolher-se as pratas das igrejas (Pereira, 1989, p.78-80). A crise

moral vivida no seu interior, com um crescente alívio das regras estabelecidas para a Ordem do Carmo, e a vitória da facção liberal na guerra civil que assolou a nação entre 1828 e 1834 foram factores que levaram ao declínio da igreja e do convento do Carmo enquanto símbolos religiosos (Sequeira, 1941, p.85-87).

O século XIX marca o fim do Carmo enquanto símbolo religioso, passando a ser utilizado para e por outras instituições, com objectivos totalmente distintos, de onde se destacam o Quartel-general da Guarda Nacional Republicana (instalado em 1845) e a Associação dos Arqueólogos Portugueses (instalada em 1863). Entretanto, o Convento do Carmo (**Figura 11**), um dos monumentos mais característicos da cidade de Lisboa, *estacionou como um símbolo de pedra – um esqueleto, ou um sinal dessa Morte incontornável que espreita a praça universal, lá em baixo, essa praça do Mundo que é o Rossio* (Pereira, 1989, p.112).

5. Os trabalhos arqueológicos de campo: resultados

5.1. As intervenções prévias realizadas entre 2008 e 2011

Entre 2008 e 2011 foram realizadas sondagens de diagnóstico extramuros da igreja e do convento com o objectivo de melhor conhecer o espaço e também de avaliar o estado de conservação e o valor patrimonial das estruturas identificadas (Marques e Bastos, 2013, p.1091).

Na zona compreendida entre o portão de acesso ao passadiço do Elevador de Santa Justa e o portal Sul da Igreja (desactivado ainda no século XVI), actualmente conhecida por Travessa de D. Pedro Menezes e que correspondia, *grosso modo*, ao adro Sul da igreja, foi identificada parte de uma calçada maioritariamente em calcário branco e basalto, com uma inclinação aproximada de 3m, entre a Passagem do Carmo e o Terreiro do Carmo. Nesta calçada foi identificado um motivo decorativo (possível losango dentro de um quadrado) construído com elementos pétreos basálticos sobre um fundo branco constituído por elementos calcários. Este motivo tem sido apontado como possível sinalizador do local onde terá sido aberta, em 1591, a porta travessa que veio substituir o portal Sul da igreja. Para além da circulação de pessoas, esta área foi também usada como espaço cemiterial. Esta utilização parece ter sido mais circunscrita

no tempo, sobretudo se atendermos à construção do Palácio dos Marqueses de Vila Real em finais do século XVI e à edificação de numerosas casas de renda pertencentes à Ordem do Carmo durante o século XVII que confinavam com os botaréis aí existentes (Marques e Bastos, 2013, p.1093-1094).

Também no lado Este da igreja e convento do Carmo, em três patamares dispostos em diferentes cotas e designados por Terraços do Carmo, se levaram a cabo importantes sondagens. Na sondagem aberta no patamar inferior identificou-se a face interior da Muralha do Carmo, cuja construção terá ocorrido em finais do século XIV, possivelmente na mesma altura das obras de edificação dos alicerces e cabeceira da igreja (e onde teriam sido encostadas as celas provisórias). Essa terá sido reparada após o terramoto de 1755 de forma a desempenhar a mesma função de contenção de terras (Marques e Bastos, 2013, p.1096).

5.2. A intervenção em contexto de obra

Em Julho de 2013 iniciaram-se, já em contexto de obra, os novos trabalhos, nos quais participámos e que se inserem no âmbito do presente estágio. Estes incluíram, ao longo da fachada tardoz, a abertura de algumas sondagens de diagnóstico, bem como a escavação em área de grande parte da plataforma superior e inferior. Na Travessa D. Pedro de Menezes procedeu-se à escavação da totalidade da área. Estes trabalhos, ainda em curso, estão a ser levados a cabo, mais uma vez, pelo arqueólogo António Marques, da Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com a arqueóloga Raquel Santos, da empresa de arqueologia Neoépica. Para efeitos deste relatório, e uma vez que a intervenção e o relatório final ainda não estão concluídos, apenas serão abordados os principais achados e resultados dos trabalhos desenvolvidos na Área A e nas sondagens VI e VII, que a complementam.

Na Área A foram escavados manualmente 239,5m² com cerca de 5m de profundidade. A ocupação mais recente identificada deve-se aos edifícios da GNR, com piso em cimento ou em ladrilho hidráulico, aos quais poderão ainda ser associados pequenos canteiros localizados entre os contrafortes da igreja e cujos materiais recolhidos permitem datá-los do século XX. Sob esses pisos identificou-se um nível de aterro que constituirá a unidade de topo a partir da qual se relacionaram as restantes realidades arqueológicas.

Removidas estas realidades, identificaram-se algumas estruturas murárias também relativamente actuais. A primeira diz respeito a um muro de contenção de construção recente que limitava a Este o patamar superior dos terraços. A outra corresponde a um muro construído com elementos pétreos calcários de média e grande dimensão, ligados por uma argamassa alaranjada muito compacta e grosseira, e que foi caracterizado como vestígio de muro ou mesmo o alicerce da antiga reprografia da GNR. Esta estrutura desenvolvia-se a Oeste, Este e Sul da área, sendo, a Sul, adossado por uma escadaria em lajes calcárias que permitia o acesso entre o patamar superior e o intermédio.

A ocupação dos terraços como uma zona de jardim no século XIX estava já patente no levantamento que Filipe Folque levou a cabo da cidade de Lisboa entre 1856-1858 (**Figura 13**). Arqueologicamente, foi possível detectar os vestígios dessa realidade. A área era, à época, delimitada a Oeste por um muro decorado na face Este por um painel de azulejos azuis e brancos e tijoleiras vermelhas, que foi reaproveitado e parcialmente sobreposto por um outro numa fase não muito apartada. Eram ambos construídos com elementos pétreos calcários de média dimensão, ligados por uma argamassa alaranjada e grosseira. A SO, este era adossado por um lance de escadas em pedra calcária argamassada, já bastante afectado pelo muro delimitador de um dos canteiros referidos anteriormente.

Associado a este jardim, a Este do muro decorado com o painel de azulejos e tijoleiras, e no limite Norte da área de intervenção, identificou-se ainda um lago de planta oval (**Figura 14**). O lago era construído em pedra calcária de média dimensão e cerâmica de construção ligadas por argamassa. Apresentava ainda um revestimento também em argamassa de tonalidade acinzentada e era complementado por dois pilaretes no interior (embora pela localização dos mesmos se possa supor a existência de um terceiro), revestidos nos lados com azulejos de decoração variada, reaproveitados, e no topo com tijoleiras (**Figura 15**). No interior do lago foram removidos três sedimentos distintos. Ao removerem-se os pilaretes, verificou-se, sob o que se encontrava ao centro do lago, a existência de um género de bacia construída no fundo e coberta com o mesmo tipo de piso. Pode assim supor-se a existência de dois momentos de construção/utilização do lago, sendo que no primeiro o lago seria composto exclusivamente por um piso e uma bacia, ao centro, e no segundo teria ocorrido a sua inutilização pela construção dos pilaretes, bem como a colocação, para possível

remendo, de uma argamassa fina sobre o piso original. Embora não tenha sido totalmente escavado (pois parte da estrutura encontrava-se fora da área de afectação), foi possível verificar que o lago apresentava 4,20m de largura por 6,20m de comprimento. Foi ainda identificada uma canalização cerâmica associada ao lago, que o contornava na metade Sul e que atravessava, pelo interior, o muro decorado com o painel de azulejos. A Este, uma conduta em pedra e com lajes a fazer de tampa reaproveitava uma pia com duas molduras, cada uma com concha e carranca esculpidas ao centro (**Figura 16**). A pia encontrava-se fechada a meio, sendo apenas uma das metades utilizada para passagem da água. Estas estruturas associadas ao jardim (lago e muros) afectaram níveis sedimentares datáveis dos séculos XVII e XVIII.

Anterior aos dois momentos já descritos identificou-se um conjunto de quatro estruturas, com orientação SE-NO (**Figura 17**). As três primeiras correspondem a grandes muros/pilares construídos com elementos pétreos calcários de média e grande dimensão unidos por uma argamassa de tonalidade laranja e compacta. Apresentam nas extremidades arranques de arcos em tijoleira, permitindo supor que funcionariam em conjunto como uma só estrutura de descarga de peso. A primeira estrutura encontrava-se a Sul da área, adossada a um dos contrafortes da Igreja; a segunda seria o pilar central deste conjunto, com arranque de arco para dois sentidos, e cuja profundidade era superior à das duas adjacentes; a terceira, a Norte dessa, apresentava arranque de arco para Sul. A quarta estrutura, de planta quadrangular e maciça, fechava os arcos a Norte e era adossada pela terceira. Esta estrutura era um pouco diferente, embora pareça estar relacionada com as restantes. Assemelhando-se a um contraforte, que não existia nessa parte da fachada da igreja, esta estrutura parece ter sido construída de forma a servir de apoio ao muro com arranque de arco que lhe adossava. Sem ela é bem possível que o conjunto dos arcos de descarga não se sustentasse contra a parede lisa do monumento. A Norte desta estrutura foi posteriormente implantada uma sondagem com o objectivo de aferir a totalidade do seu alçado. Constatou-se que a sua vala de fundação cortava todos os depósitos sedimentares até à camada geológica, assentando no embasamento da igreja.

O primeiro depósito cortado por estas valas forneceu abundante material arqueológico que permite enquadrá-lo no século XVII à primeira metade do século XVIII. Na gravura de G. Debrie, datada de 1740, são visíveis alguns edifícios adossados à fachada tardoz do Convento do Carmo (**Figura 18**). Pondera-se se essas estruturas

poderão corresponder a vestígios desses edifícios ou outros cujo tempo de vida esteja balizado entre essa data e o Terramoto de 1755.

Imediatamente sob esse nível de aterro identificou-se um outro, não muito distinto, também com abundante material arqueológico aparentemente de cronologia análoga. Contudo, neste novo depósito foi escavado um covacho de grandes proporções (cerca de 2,30m de comprimento por 1,50m de largura e aproximadamente 1m de profundidade) onde foram depositadas largas centenas de ossos humanos, constituindo o maior ossário identificado durante os trabalhos. Para além desse ossário foram identificados três outros, bem como uma camada com abundante material osteológico humano disperso (**Figura 19**). Exceptuando um dos ossários, que se encontrava sensivelmente no centro da área intervencionada, os restantes depósitos de ossadas estavam localizados ao longo da fachada Este da igreja. Estes conjuntos foram, à falta de informações mais precisas, relacionados com possíveis fases de obras ou limpeza no interior da igreja/convento. Tal hipótese ganha peso se se atender ao facto de o aterro que cobria estes níveis osteológicos, bem como aqueles que eram cortados pelos covachos, apresentarem abundante material arqueológico (sobretudo cerâmica comum, faianças e porcelanas), análogo nos três depósitos, com várias peças inteiras ou pouco fragmentadas e, no caso das faianças, com decoração do brasão e das armas da Ordem do Carmo. Foram ainda escavados três enterramentos, também eles associados aos aterros acima referidos: um não adulto, um jovem adulto possivelmente do sexo masculino e um adulto do sexo masculino. Destes, um foi parcialmente cortado pela vala de fundação do pilar central da estrutura dos arcos de descarga, outro pela estrutura que delimitava a Área A a Sudeste, de cronologia pré-terramoto. Ora, se parece plausível a hipótese de o material osteológico avulso referido ser proveniente de remodelações na Igreja, a situação é menos clara no caso dos enterramentos.

Exceptuando estas realidades só se identificaram níveis de aterro sucessivos, alguns dos quais assentes directamente sobre o geológico ou sobre o alicerce da Igreja. De todos os aterros registados e escavados, apenas um se estendia por toda a área e de forma linear no topo. Este, ao qual se atribuiu a unidade estratigráfica [1233], desenvolvia-se desde a capela de cabeceira para Oeste e para Norte, estando a Este cortado pelo muro contemporâneo de contenção. Este depósito, de topo nivelado, era caracterizado por um sedimento esverdeado, argilo-arenoso, semi-compacto e com abundante presença de fósseis, correspondendo certamente a geológico em deposição

secundária (**Figura 20**). Com uma espessura que variava sensivelmente entre os 30cm e 1m (compensando os desníveis das camadas que cobria), forneceu escasso material arqueológico, salientando-se alguns fragmentos de cerâmica comum e fina e dois numismas: um ½ real de 10 soldos de D. João I e um dinheiro de D. Dinis. Sob este aterro, também se recuperou um numisma, desta vez um dinheiro do reinado de D. Fernando.

É a partir deste aterro que se regista um fenómeno interessante, que veio lançar o desafio que se pretende responder com o estudo dos materiais que serão apresentados neste trabalho. As marcas ou siglas de canteiro que se encontram nos silhares e cantarias que compõem a igreja do Carmo apresentam-se, desde o depósito [1233] até ao alicerce (cerca de 1,80m de altura), preenchidas por um pigmento vermelho (**Figura 21**). Esta informação, juntamente com uma análise pontual dos materiais recolhidos nos níveis subsequentes, permitiu levantar a hipótese da fachada tardoz da igreja, contrariamente ao que se crê no actual projecto de reabilitação, não ter estado muito tempo exposta. Se se atender às dificuldades enfrentadas durante a construção e que se prendem com a instabilidade do terreno a que já aludimos, a decisão de se aterrar parte da fachada Este não parece descabida.

No limite Sul da Área A, coberto parcialmente pelo nível sedimentar [1233], identificou-se um sedimento negro, areno-argiloso e pouco compacto ao qual se atribuiu a unidade estratigráfica [1298] (**Figura 22**). Posteriormente, a abertura da sondagem VI a Sul da Área A, permitiu verificar que esse depósito, aí numerado [705] assentava parcialmente no alicerce da igreja, [717] (**Figura 23**). Esta camada forneceu abundante material arqueológico que se considerou ideal para datar os primeiros aterros da zona tardoz da igreja.

A sondagem VI foi implantada na sequência do aparecimento de um muro em pedra calcária, tijoleiras e argamassa laranja ao nível do patamar intermédio, aquando de trabalhos mecânicos de limpeza da área. Com dimensão máxima de 6,09mx6,85m era limitada a Norte por um outro muro (que limitava a Sul a Área A) e a Oeste e Sul pela fachada da capela-mor. A escavação manual começou no depósito [701], o mesmo sedimento esverdeado, argilo-arenoso, semi-compacto e com abundante presença de fósseis identificado na Área A com a unidade estratigráfica [1233].

Foram identificadas e registadas quatro estruturas nesta sondagem. Uma delas estava relacionada com a ocupação dos terraços por edifícios da GNR e as restantes com

uma ocupação anterior ao terramoto de 1755 (**Figura 24**). Cortados por essas estruturas identificaram-se dois depósitos, cujos materiais parecem enquadrá-los no período medieval. O primeiro corresponde ao sedimento [1233]/[701], cujo topo se apresentava nivelado. O segundo, [705], equivale ao já mencionado sedimento negro, areno-argiloso e pouco compacto, que forneceu abundante material arqueológico, do qual se destaca um fragmento de bojo em cerâmica comum com um mascarão aplicado. Na sondagem, esta camada só foi escavada na totalidade a Oeste da conduta, verificando-se que assentava parcialmente no alicerce da igreja.

Com o intuito de aferir a profundidade do alicerce do edifício foi ainda implantada a sondagem VII a Sul da cabeceira da igreja. Aí identificaram-se níveis de aterro de época medieval que enchiam a vala de fundação da sapata que era escavada no substrato geológico. Esses depósitos forneceram alguma cerâmica comum fosca e um fragmento de roca em osso. Por questões de segurança, a sondagem foi apenas escavada até 2,30m de profundidade, não se tendo alcançado o fim do alicerce (**Figura 25**). Esta situação pode ser explicável, novamente, pela dificuldade na construção de alicerces que, dado o carácter instável do terreno, certamente serão bastante profundos.

6. A cerâmica medieval das unidades estratigráficas [1298] e [705]

O conjunto em estudo divide-se em recipientes de cozinha, recipientes de mesa, recipientes de armazenamento e outros utensílios de carácter mais específico. Destes, há um claro predomínio da percentagem de recipientes de cozinha, conforme se pode observar no Gráfico 1.

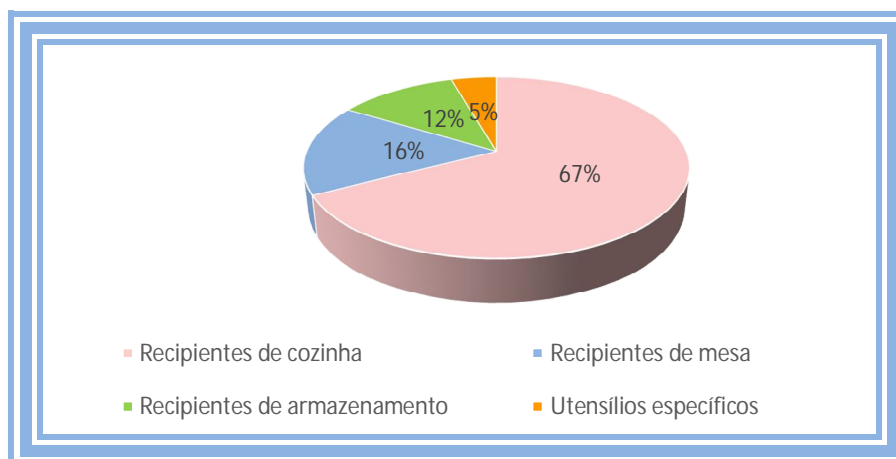


Gráfico 1 – UE [1298]: distribuição por categorias funcionais.

6.1. Recipientes de cozinha

Optou-se por enquadrar neste grupo as panelas, os fogareiros, os tripés, as frigideiras (incluíram-se nesta forma os recipientes em que se identificaram pegas) e as caçoilas que serviam para cozinhar os alimentos, podendo estas últimas ainda ser utilizadas para os servir à mesa. Incluíram-se ainda nesta categoria os alguidares, uma vez que também poderiam ser utilizados para preparar alimentos, e os testos, que funcionavam frequentemente em conjunto com as panelas.

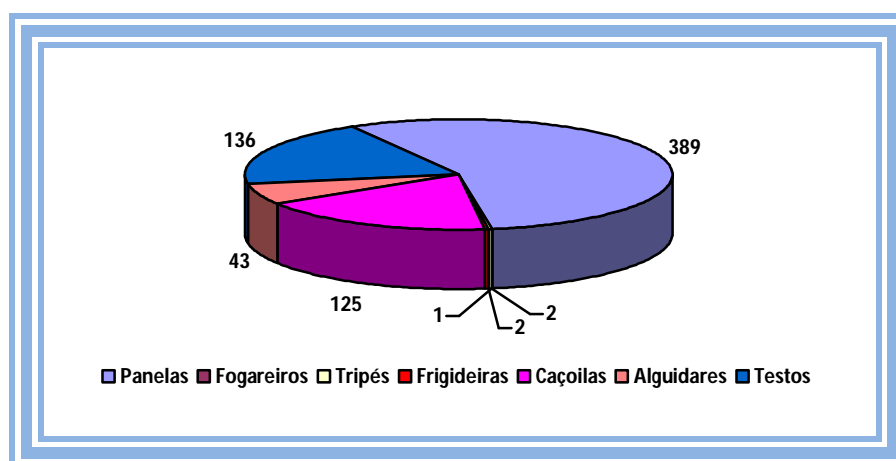


Gráfico 2 – Distribuição dos recipientes de cozinha.

Conforme se pode observar no Gráfico 2, as panelas são a forma cerâmica mais representada, contabilizando um total de 389 fragmentos de bordo. Devido às suas

características, as panelas puderam ser subdivididas em cinco tipos. Uma vez que a dimensão dos fragmentos é bastante diminuta, as descrições dirão respeito sobretudo ao tipo de bordo, já que de pança conservada pouco se recuperou. No Tipo I, representando cerca de 4,88%, incluíram-se panelas de bordo recto e colo baixo, cujos diâmetros variam entre os 50 e os 160mm (**Estampa 1**). Encontram paralelos em sítios arqueológicos com cronologias atribuíveis aos séculos XII-XIII (Gaspar e Amaro, 1997; Liberato, 2011). As panelas de Tipo II, constituindo cerca de 64,26% dos fragmentos, são as mais abundantes neste conjunto e caracterizam-se por terem bordos em pequena aba, com finas caneluras na parte superior da pança e com diâmetros que variam entre os 70 e os 286mm (**Estampa 1**). Estas panelas são enquadráveis entre finais do século XIII até inícios do século XVI (Cardoso e Rodrigues, 1991; Gaspar e Amaro, 1997; Liberato, 2011). Panelas idênticas às deste Tipo manter-se-ão por todo o período moderno e mesmo durante o contemporâneo. O Tipo III está representado por cerca de 22,88% dos fragmentos e compreende panelas com bordo sem aba e paredes ligeiramente troncocónicas com caneluras e molduras próximas do bordo, com diâmetros entre os 90 e os 200mm (**Estampa 1**). No Tipo IV, com 6,94% dos fragmentos, incluíram-se panelas de bordo com lábio triangular e colo troncocónico recto, com diâmetros entre os 70 e os 240mm (**Estampa 2**). Ambas as panelas de Tipo III e Tipo IV encontram paralelos em sítios cujas cronologias podem ser atribuídas a finais do século XIII e século XIV (Cardoso e Rodrigues, 1991; Fernandes, 2004; Gaspar e Amaro, 1997; Liberato, 2011). Ao Tipo V diz respeito apenas uma peça, de perfil completo embora muito fragmentado, cujas características formais permitem apontar uma cronologia mais antiga, centrada nos séculos XI-XII (Catarino, 1997/98; Fernandes, 2004; Liberato, 2011). De perfil em “S”, apresenta um bordo extrovertido com lábio de perfil ligeiramente afilado, que se desenvolve num corpo globular (**Figura 29**).

O grupo das caçoilas encontra-se representado por 125 fragmentos, dos quais nove apresentam perfil completo. Este grupo foi subdividido em seis tipos de acordo com as suas especificidades formais. Os mais claros e significativos são os Tipos I e II, com 47,2% e 28% dos fragmentos, respectivamente. Apresentam paredes esvasadas e um bordo que bifurca desenvolvendo um ressalto que circunda toda a peça com o objectivo de facilitar o assentamento dos testos (**Estampa 2**). Os paralelos encontrados estipulam a inexistência de asas, podendo também este ressalto funcionar como pega

(Fernandes e Carvalho, 1997; Carvalho, 2005). Os restantes tipos foram criados devido a uma necessidade de marcar as diferenças de bordo, uma vez que constituem exemplares de mais difícil caracterização. O Tipo III engloba 7,2% das peças e apresenta bordos de lábio circular ou espessado e paredes troncocónicas invertidas, com carena baixa marcada (**Estampa 2**). No Tipo IV incluíram-se 12,8% dos exemplares, com bordo espessado, paredes esvasadas marcadas por sulcos ou caneluras, dos quais três fragmentos constituem perfis completos (**Estampa 2**). Ao Tipo V dizem respeito apenas 4% das peças, com bordos de lábios planos e paredes esvasadas ou quase verticais (**Estampa 3**). O Tipo VI é idêntico ao Tipo IV excepto pelo lábio que, neste caso, é plano (**Estampa 3**). Contabilizaram-se neste grupo 2,4% dos exemplares. Embora se tenham incluído as peças dos grupos III, IV, V e VI no grupo das caçoilas, persistem as dúvidas sobre a possibilidade de se tratarem de frigideiras (que diferenciamos das caçoilas sobretudo pela existência de uma pega). Contudo, por desempenharem ambas função idêntica, tal opção não parece danosa (Fernandes e Carvalho, 1997). Os diâmetros apurados variam entre os 130 e os 280mm.

Frigideiras propriamente ditas foram contabilizadas duas, sendo que uma corresponde a um fragmento de cabo com argola na extremidade (**Figura 30**), idêntico a outro recolhido em Santarém (Boavida, Casimiro e Silva, 2013, p.944). A segunda corresponde a um perfil completo, com 260mm de diâmetro e, aparentemente, o mesmo tipo de pega (**Estampa 2**).

Relativamente aos testos, inventariaram-se 136 fragmentos, dos quais sete apresentam perfil completo. Correspondem a testos com paredes esvasadas e bordo em barbeta, enquadráveis entre meados do século XIII e o século XV (Cardoso e Rodrigues, 1991; Fernandes, 2004; Gaspar e Amaro, 1997; Liberato, 2011). Em alguns exemplares é visível o arranque para a pega central e dois apresentam um modelo decorativo de tipo pinçado ao longo da aba (**Estampa 3**), cujo paralelo encontramos em Santarém (Mendes, Pimenta e Valongo, 2002). Os diâmetros variam entre os 110 e os 220mm.

A forma alguidar levantou sérias dúvidas na sua identificação. Para além da pequena dimensão dos fragmentos, verificou-se uma semelhança entre bordos que alguns autores classificaram como alguidares e que outros consideraram talhas (Fernandes e Carvalho, 1997; Liberato, 2011; Vieira, 2011). Assim, optou-se por considerar alguidares não só aqueles fragmentos com o típico bordo semicircular como

também outros que, de amplos diâmetros, não apresentassem abas com decoração de caneluras típicas das talhas (**Estampa 3**). Contabilizaram-se, com algumas reservas, 43 fragmentos de alguidar, sendo que oito apresentam a superfície interna brunida e dois exibem vidro verde também no interior. Os diâmetros variam entre os 160 e os 550mm, podendo alguns exemplares corresponder a bacias.

Identificou-se ainda um fragmento de parede de fogareiro e o que parece poder corresponder a dois tripés. O fragmento de fogareiro apresenta parte do arranque da grelha e, uma vez que não se registaram bordos atribuíveis a esta forma, optou-se por considerar este exemplar para a contagem de NMI (**Estampa 3**). Para os tripés não se encontram paralelos, uma vez as trípodas que surgem frequentemente na bibliografia e que são típicas dos séculos XII-XIII compõem um recipiente com três ou quatro pés. Os fragmentos aqui considerados parecem, contudo, tratar-se de uma espécie de aro com pés onde assentariam sim os utensílios para cozinhar (**Figuras 32 a 35**).

Importa salvaguardar que os diâmetros estimados podem conter incorrecções dada a pequena dimensão dos fragmentos e o facto de alguns exemplares serem bastante assimétricos.

No conjunto recuperado na unidade estratigráfica [705], embora não se tenham inventariado individualmente as peças, contabilizaram-se 57 fragmentos de bordos de panelas (com predomínio das de Tipo II), 21 fragmentos de bordos de caçoilas/frigideiras, 15 fragmentos de bordos de testos com bordo em barbela e quatro possíveis fragmentos de bordos de alguidares.

6.2. Recipientes de mesa

Incluíram-se nesta categoria os pratos, as tigelas, os púcaros, as bilhas e jarros. Os púcaros, cuja principal função consistia em servir ou beber líquidos, podem, por vezes, ser também utilizados para ir ao lume, sendo frequentemente considerados louça de cozinha; por sua vez as bilhas, para além de terem como função servir líquidos, eram também utilizadas para os guardar, podendo ser consideradas recipientes de armazenamento.

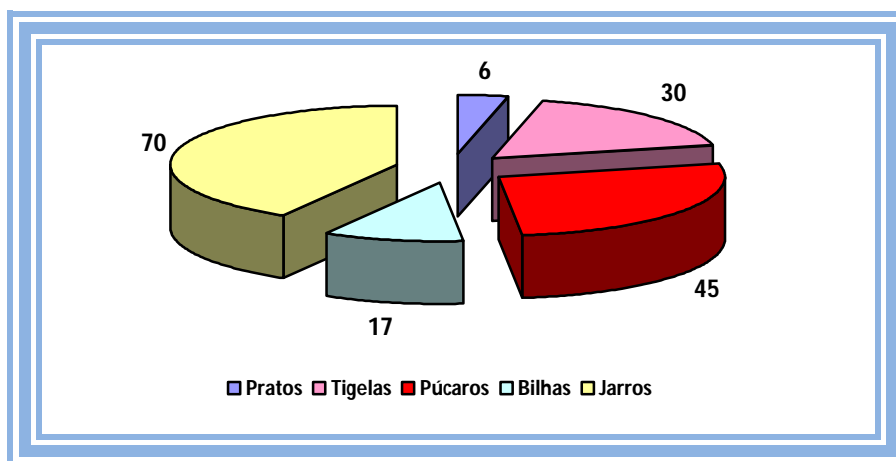


Gráfico 3 – Distribuição dos recipientes de mesa.

Os jarros e as bilhas são as formas melhor representadas nesta categoria, com um total de 87 fragmentos (70 jarros e 17 bilhas). A distinção entre estas duas formas teve por base os artigos de Henrique Mendes, João Pimenta e António Valongo (2002, p.259-276), de Carlos Boavida, Tânia Casimiro e Telmo Silva (2013, p.937-945) e de Alexandra Gaspar e Clementino Amaro (1997, p.337-345). Uma vez que os fragmentos incluídos nestas formas eram escassos e, nalguns casos, de muito pequena dimensão, optou-se por não fazer uma subdivisão em tipos. Os diâmetros dos primeiros variam entre os 50 e os 140mm, os dos segundos entre os 46 e os 100mm (**Estampa 4**).

A terceira forma mais representada corresponde à dos púcaros e pucarinhos, cuja distinção se fez atendendo sobretudo à altura do colo, com um total de 45 fragmentos e uma peça inteira (**Figura 36**). Tratam-se de peças com bordos verticais de lábio arredondado, colo cilíndrico alto, bojo globular e fundo em bolacha plano ou ligeiramente abaulado. À semelhança do que acontece com a peça inteira recuperada, estas formas apresentam normalmente duas asas. Os diâmetros variam entre os 50 e os 110mm (**Estampa 4**). Citando apenas alguns, encontrámos para estes recipientes paralelos em Lisboa, Cascais, Santarém e Sintra (Gaspar e Amaro, 1997; Cardoso e Rodrigues, 1991; Mendes, Pimenta e Valongo, 2002; Boavida, Casimiro e Silva, 2013; Liberato, 2011; Amaro, 1992).

As tigelas e os pratos são as formas menos representadas no grupo da loiça de mesa (**Estampa 4**). Identificaram-se 30 fragmentos que se consideram, com reservas, tigelas de cerâmica comum e um exemplar de malga carenada esmaltada a branco estanífero com decoração a azul de cobalto (**Figura 37**), idêntico a um fragmento

recuperado em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1991). Dos 30 fragmentos referidos, oito apresentam brunido na superfície interna. Os diâmetros destas peças variam entre os 120 e os 220mm. Por sua vez o número de pratos é ainda menos significativo, contabilizando-se apenas seis, todos eles com a superfície interna brunida. Um exemplar apresenta ainda uma decoração de pinçado no bordo. Os fragmentos recuperados são muito pequenos, pelo que a dificuldade de estabelecer diâmetros foi grande, contudo, parecem variar entre os 180 e os 220mm.

Da camada [705] foi possível contabilizar cinco fragmentos de bordos de púcaros, quatro de jarros e dois possíveis fragmentos de bordos de pratos.

6.3. Recipientes de armazenamento

Foram aqui consideradas as talhas e os cântaros, recipientes de grandes dimensões para guardar alimentos sólidos ou líquidos. Identificaram-se 55 possíveis fragmentos de talhas e 67 de cântaros.

Conforme supramencionado, a identificação das talhas levantou algumas dúvidas. Nos casos menos claros, optou-se por considerar talhas os fragmentos que apresentassem aba, sobre a qual se verificava decoração de caneluras pouco profundas e linhas onduladas incisivas. Os pinçados são também frequentes nesta forma (Gaspar e Amaro, 1997). Nos fragmentos de bojo, embora não tenham sido individualizados, foi possível atestar a existência de cordões plásticos que visavam reforçar as paredes destes recipientes (Catarino, 1997/98, p. 852), alguns dos quais eram completados com decoração digitada ou incisiva. Os diâmetros variam entre 210 e 520mm. A pequena dimensão dos fragmentos não permite descrever o bojo ou o fundo destas peças.

Os cântaros foram divididos em dois tipos apenas pelas suas características formais, uma vez que cronologicamente são típicos dos séculos XIII-XIV. No Tipo I incluíram-se 79,10% dos fragmentos, cântaros com bordo vertical de lábio quadrangular. Embora não se tenham recuperado fragmentos de dimensões significativas, é possível estabelecer paralelos para este tipo com exemplares recolhidos noutros arqueossítios de Lisboa (Gaspar e Amaro, 1997, p.343-344), Palmela (Fernandes, 2004, p.173-174) e Santarém (Mendes, Pimenta e Valongo, 2002) por exemplo. O colo seria alto, cilíndrico e estrangulado. Embora não tenham sido

individualizados, identificaram-se neste conjunto vários fragmentos de paredes correspondentes a este tipo. Os diâmetros variam entre os 70 e os 116mm. O Tipo II corresponde a 20,90% dos fragmentos, com bordos de lábio ligeiramente triangular e colos troncocónicos invertidos (Fernandes, 2004, p.169). Identificou-se um exemplar com arranque de asa a partir da parte superior do colo. Os diâmetros variam entre os 70 e os 210mm, sendo que alguns exemplares de maior abertura de boca levantam algumas dúvidas.

Na sondagem VI, a unidade [705] forneceu seis fragmentos de bordos de cântaros e três possíveis fragmentos de bordos de talha.

6.4. Outros utensílios

Numa categoria mais geral incluíram-se as candeias e um candil (**Figura 38**), as trempes (**Figura 39**), as malhas de jogo (**Figura 40**) e o que parece tratar-se de um bacio.

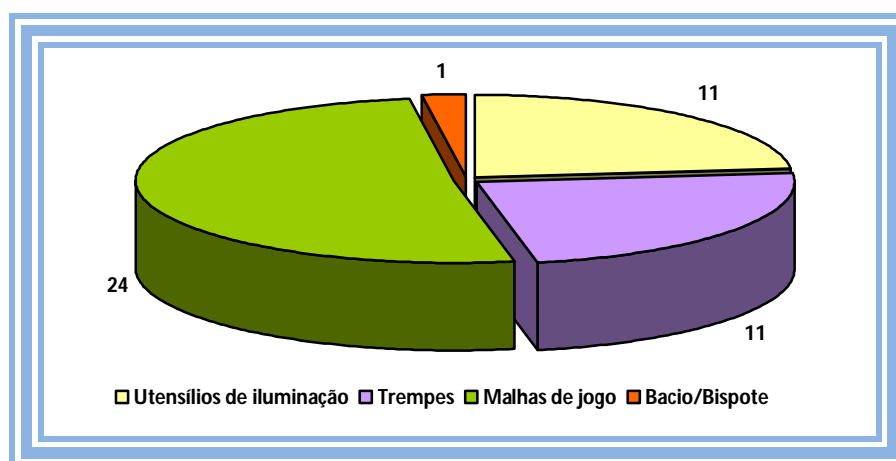


Gráfico 4 – Distribuição dos utensílios de uso específico.

Como utensílios de iluminação contabilizaram-se dez candeias e um candil, sendo que apenas duas candeias não correspondem a perfis completos. São peças de câmara aberta, com bordos sensivelmente planos e paredes baixas troncocónicas invertidas. Em três exemplares é visível uma pequena asa elevada sobre o bordo, que se localizaria na área oposta à do bico, característica que permite enquadrar estas peças

entre os séculos XII e XV. Os diâmetros só foram apurados em três fragmentos, variando entre os 70 e os 110mm. Identificou-se ainda um fragmento de bico de candil, com cronologia atribuível aos séculos XI-XII. Paralelos para estas peças podem ser encontrados em vários pontos do país (Catarino, 1997/98; Liberato, 2011; Serrano, 2011).

Recolheram-se 11 fragmentos de trempes, oito das quais apresentavam abundantes vestígios de vidrado, e 24 malhas de jogo. Estas, de forma aproximadamente circular, apresentavam diâmetros e espessuras diversas, sendo afeiçãoadas a partir de cerâmica comum, em 16 dos casos, ou de construção, em oito exemplares. Destes oito, cinco eram de pasta de tonalidade amarelada. Os diâmetros (cujas medidas foram tiradas na parte mais larga) variam entre os 28 e os 54mm e a espessura entre os 4 e os 14mm.

Por último nesta categoria inclui-se um bacio/bispote e um possível peso de rede. O bacio/bispote apresenta vidrado verde no exterior e melado no interior e constitui o único exemplar identificado com esta forma, com um diâmetro de 200mm. Esta peça parece poder corresponder a uma infiltração na camada, uma vez que este tipo de recipientes é típico em contextos do século XVI em diante (Batalha e Cardoso, 2013; Cardoso e Rodrigues, 1999). O fragmento com o número 886.1041, que se apresenta como peso de rede, encontra paralelo no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em Lisboa (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2003, p.141). Corresponde a uma peça em forma de vieira, de fabrico manual, com pasta alaranjada, sem qualquer tipo de tratamento, já muito rodada (**Figura 40**). Aparentemente teria um orifício sobre o umbo da concha, no entanto encontra-se fragmentada, não se observando essa especificidade.

Da camada [705] recuperou-se apenas um fragmento de perfil completo de candeia com pequena asa elevada sobre o bordo e um fragmento de trempe.

6.5. As pastas, o tratamento das superfícies e as decorações

A análise de pastas e do tratamento das superfícies dos fragmentos inventariados foi feita macroscopicamente e de forma expedita. Estipularam-se previamente cinco grupos consoante o tipo de pasta e a frequência e calibre de desengordurantes. Assim, considerou-se:

- Grupo A.I. – pastas não calcárias, com desengordurantes (micas e calcites) em pouca quantidade e de pequena dimensão, bem depuradas e compactas. Neste grupo incluíram-se essencialmente os púcaros e pucarinhos e alguns fragmentos de bojós, alguns dos quais foram individualizados (nomeadamente os números 886.27, 886.28, 886.29, 886.30, 886.35 e 886.36).
- Grupo A.II. – pastas não calcárias, com desengordurantes (micas, quartos, óxidos de ferro, feldspatos) em média quantidade, de pequena e média dimensão, medianamente depuradas e compactas. Este grupo abrange a quase totalidade do conjunto cerâmico, principalmente os recipientes de cozinha e de armazenamento.
- Grupo A.III. – pastas não calcárias, com abundantes desengordurantes (micas, quartos, óxidos de ferro, feldspatos) de pequena a grande dimensão, pouco depuradas. Considerou-se deste grupo os alguidares e algumas panelas, nomeadamente as números 886.1, 886.4, 886.9, 886.20, 886.22, 886.23, 886.28 e 886.30.
- Grupo A.IV. – pastas calcárias, de textura fina ou média. Apenas um fragmento foi considerado para este grupo, o número 886.784, que parece corresponder talvez a uma panela.
- Grupo A.V. – pastas calcárias, de textura grosseira. Sete fragmentos de bojós foram considerados para este grupo, no entanto, não foram inventariados de forma individual.

Os fragmentos, excepção feita aos de pasta calcária, apresentam tonalidades que variam entre os laranjas e os negros. Embora não tenha sido feito um levantamento individual por fragmento, verificou-se que há uma heterogeneidade de cozeduras e arrefecimentos, embora predominem as redutoras.

Relativamente ao tratamento das superfícies, este caracteriza-se pelo uso de aguadas e de engobes na quase totalidade do conjunto. Ambos são, salvo raras excepções, da cor das pastas, e foram aplicados em ambas as superfícies. O engobe não é muito espesso, salvo nos fragmentos 886.27, 886.28, 886.29, 886.30, 886.35, 886.36 e 1104.1. Em 22 exemplares, nos quais se contam tigelas, pratos e alguidares, verificou-se ainda brunimento das superfícies internas.

O vidrado é pouco frequente, estando presente em apenas oito dos fragmentos individualizados. De salientar que um destes fragmentos corresponde, pela pasta clara e pelo vidrado incolor com decoração pintada a verde (apenas na superfície externa), a uma produção típica de Saintonge, França, datável dos séculos XIII/XIV (**Figura 41**), conforme atestado em sítios arqueológicos do Porto ou de Lisboa (Real et al, 1995; Gaspar e Amaro, 1997). Outras peças não individualizadas apresentam vidrados de produção local mas também de importação, nomeadamente de Espanha e França (Boavida, Casimiro e Silva, 2013). São frequentes os verdes, castanhos e melados (**Figuras 42-43**). De importação andaluza destaca-se a presença de um fragmento de malga carenada com pasta rosada e esmalte branco estanífero com decoração a azul de cobalto (Boavida, Casimiro e Silva, 2013; Cardoso e Rodrigues, 1991).

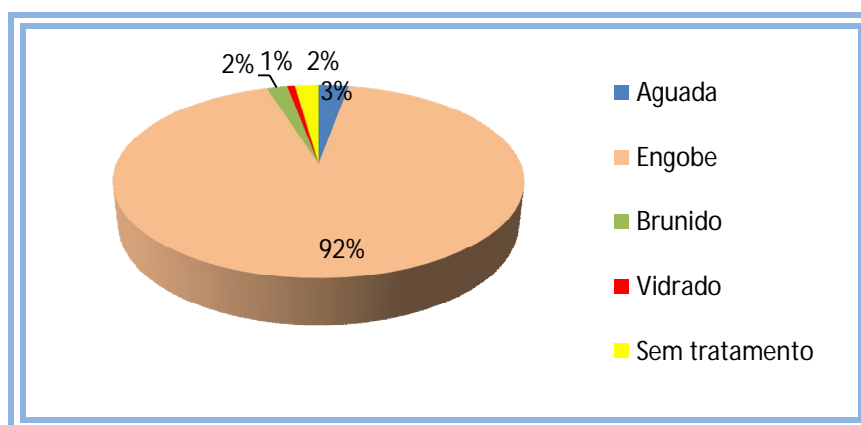


Gráfico 5 – Dispersão dos diferentes tratamentos dados às superfícies das peças

A percentagem de fragmentos com decoração é bastante escassa, encontrando-se sobretudo em fabricos dos grupos A.II. e A.III. Contabilizaram-se 129 fragmentos com decoração, dos quais 43 foram individualizados. Os restantes 66 dizem respeito a fragmentos de talha. O leque de decorações é pouco vasto, destacando-se as pintadas, as incisas, as plásticas e as impressas.

A pintura está presente em 12 fragmentos de superfícies alaranjadas, acastanhadas ou negras. Uma vez que correspondem quase todos a fragmentos de paredes, exceptuando o fragmento 888.1 que parece poder corresponder a um fundo de panela, não é possível fazer uma análise de quais as formas que apresentam decoração. Os motivos são bastante simples, dominando os conjuntos de linhas paralelas, dispostas horizontal ou verticalmente, embora um fragmento apresente o que parece ser a

estilização de um motivo vegetalista (**Figura 45**). Sendo *o recurso decorativo mais frequente, ao longo de toda a presença islâmica na península, [...] sobrevive em produções de época cristã [...] e, nalguns pontos do país, é usado mesmo em época moderna* (Fernandes, 2004, p.180).

A decoração incisa aparece em 13 fragmentos, sendo que em três deles é feita sobre um cordão plástico. Os motivos dizem respeito essencialmente a linhas onduladas ou zigzagueadas, por vezes localizadas no interior de duas linhas concêntricas (**Figura 46**). Uma vez que esta técnica também só surge, neste conjunto, em fragmentos de bojos, não é igualmente possível avaliar quais as formas em que seria utilizada.

A decoração plástica foi identificada em sete dos fragmentos individualizados, sendo que em três deles surge combinada com incisões. Nos fragmentos de talha, não individualizados, este tipo de decoração surge em 66 fragmentos, sendo igualmente, em alguns casos, conjugada com incisões ou digitações (**Figura 47**). Esta técnica decorativa tinha como principal objectivo, conforme referido, o reforço da parede das peças.

Ao nível da decoração impressa, individualizaram-se 38 fragmentos. Identificaram-se vários tipos, desde digitações, pinçados, estampilhas e roletagens. As digitações simples registaram-se exclusivamente nos fragmentos de bojos de talhas, enquanto os pinçados foram identificados em bordos de talhas, testos, panelas, prato, caçoila e num cabo de frigideira. Um fundo de pé anelar apresenta estampilhada na base interna uma roseta octopétala que se repete no interior de uma cartela (**Figura 48**). Noutros quinze fragmentos identificou-se uma decoração feita possivelmente com recurso a rolo. Nestes casos, a superfície da peça passou a apresentar um padrão de pequenos triângulos ou quadrados com um espaçamento idêntico entre si (**Figura 49**). As caneluras estão presentes em 227 fragmentos, dos quais 200 panelas, 17 jarros, seis bilhas, uma caçoila, uma frigideira, um alguidar e um indeterminado.

Um fragmento apresenta decoração aplicada. Esta peça foi recuperada na UE [705] da sondagem VI que, como salientado, é equivalente à UE [1298] da Área A. Corresponde a um mascarão onde são visíveis olhos circulares, nariz, boca e cabelo. Trata-se de um fragmento de cerâmica comum de pasta relativamente bem depurada, com um engobe esverdeado espesso (**Figura 51**). Em Belmonte encontramos uma peça idêntica a esta, embora aí o mascarão represente uma figura masculina (Marques, 2000, p.278).

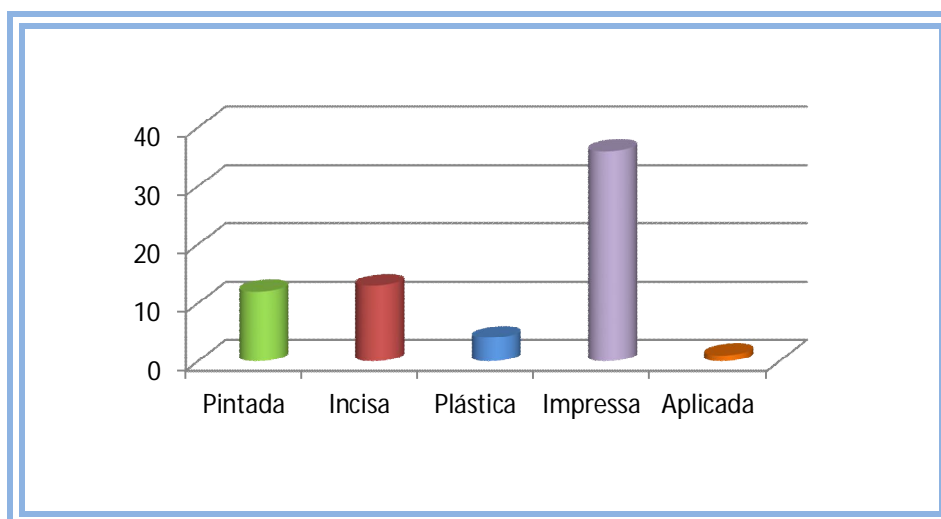


Gráfico 6 - Dispersão das decorações detectadas nas peças inventariadas individualmente.

6.6. Análise do conjunto

O conjunto analisado é representado por um total de 9043 fragmentos, sendo que mais de metade corresponde a fragmentos de bojos. Da unidade [1298] foram individualizados 1105 fragmentos, entre os quais todos os bordos e alguns outros fragmentos de fundos, paredes ou asas/pegas que pelas suas especificidades merecessem tal atenção. Destes, para a contagem do número mínimo de indivíduos, apenas foram contemplados os bordos e perfis completos.. Da unidade [705], embora os fragmentos tenham sido contabilizados e se tenha sido feito a sua divisão formal, apenas se individualizaram duas peças que se mostravam diferentes das peças já analisadas: um fragmento que parece poder corresponder a uma miniatura (possível brinquedo) ou a um pequeno copo doseador (**Figura 51**) e um bojo com um mascarão aplicado. Os fundos foram contabilizados e fez-se uma rápida avaliação das formas representadas, enquanto as asas foram contadas e divididas consoante a sua secção (fitiforme/oval, circular, com nervura central). Para determinação do número mínimo de indivíduos foram contabilizados os 121 bordos, o bojo com mascarão aplicado e o pequeno fundo de copo doseador/miniatura.

[U.E.]	Perfis completos	Bordos	Fundos	Asas/Pegas	Paredes	Outros fragmentos	Total	N.M.I.	N.M.I. (%)
[1298]	57	989	986	712	5516	13	8273	1046	12,64
[705]	121		78	72	499	-	770	123	15,97

Tabela 1 – Conjunto cerâmico em análise: contagem de N.M.I.'s.

O depósito [1298] forneceu um conjunto relativamente homogêneo. Cerca de 41,82% dos fragmentos apresentam cronologias que se podem estender até ao século XV ou posterior, contudo a circulação dessas formas tem início em torno dos séculos XIII ou XIV. Cerca de 2,89% correspondem a formas cuja entrada em circulação é atribuível aos séculos XI e XII, no entanto, prolongam-se até aos séculos XIII ou XV. Perfeitamente enquadrados nos séculos XIII-XIV encontram-se 44,89% dos fragmentos inventariados. A panela 886.491 é o exemplar com cronologia mais recuada, centrando-se nos séculos XI-XII. Por outro lado, alguns vidrados parecem poder enquadrar-se do século XVI em diante, caso do bacio ou bispote 887.4, facto que se assume como resultado de possíveis infiltrações, uma vez que este depósito se encontrava fortemente afectado por valas de fundação de muros modernos e contemporâneos, bem como por recentes perfurações para micro-estacas, nem todas preenchidas.

Os recipientes de cozinha constituem a maior parte do conjunto, sendo residual a presença de loiça de mesa. Este fenómeno tem duas explicações possíveis: a primeira é que, por serem peças de ir ao lume, seriam mais frágeis; a segunda, e talvez mais relevante, deve-se aos próprios hábitos alimentares. É a partir do século XV que se desenvolve uma individualização na forma de comer, que está bem patente na presença de pratos de pequena dimensão, tigelas e escudelas nos registos arqueológicos (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p.61). As constantes guerras, epidemias e pestes que assolaram a Europa, Portugal incluído, durante os séculos XIV e XV terão criado certamente um sentimento de medo de contágios que se traduziu numa alteração dos hábitos alimentares, substituindo-se as peças de uso colectivo por outras de uso individual.

As pastas são, na sua maioria, medianamente depuradas, sujeitas a cozedura redutora e a arrefecimentos tanto redutores como oxidantes, pelo que as peças variam entre os laranjas e os negros. O tratamento das superfícies é feito essencialmente com recurso a aguada ou engobe, havendo ainda, em poucos casos, um brunimento das

superfícies internas. Os vidrados são numa percentagem ínfima, podendo ainda, alguns deles, corresponder a períodos mais tardios.

As decorações são pouco variadas e pouco abundantes no conjunto estudado. Identificaram-se a pintura a branco, a estampilhagem, os ondulados e os ziguezagues incisos, modelos que seguem uma tradição de períodos anteriores. A percentagem de exemplares decorados é efectivamente bastante diminuta, sendo que apenas 129 dos 9043 fragmentos apresentam algum tipo de decoração que não se restrinja a simples caneluras, estas presentes em abundantes fragmentos.

Perante a análise do conjunto e tendo em atenção a sua cronologia geral, faz efectivamente sentido afirmar-se que a zona tardoz da igreja Carmo, pelo menos a Norte das capelas de cabeceira, terá sido aterrada logo em inícios do século XV, durante ou imediatamente após a construção da Igreja. O actual projecto de reabilitação, no qual se insere a presente intervenção arqueológica, previu a escavação de todos os contextos arqueológicos presentes nessa zona até ao nível de topo do embasamento da igreja. A crença de que, à época medieval, seria esse o nível de circulação, estando toda a fachada exposta, parece agora infundada. E o problema de instabilidade que foi, em tempos, colmatado por níveis sedimentares suportados por muros de contenção, está agora resolvido com uma profusão de estacas que marcam, de forma irrecuperável, a fachada de um monumento que é um marco histórico em Lisboa.

7. Considerações finais

A possibilidade de realização de estágios para obtenção do grau de Mestre permitida pela entrada em vigor do Processo de Bolonha constitui talvez uma das maiores vantagens dessa reorganização no ensino. Num tempo em que a chamada “arqueologia de contrato” é um fenómeno em crescimento, torna-se fundamental promover nos alunos uma maior autonomia e espírito crítico que lhes permita, de uma forma fácil e rápida, inserir-se no mercado de trabalho (Valera, 2002, p.9-10; 2006, p. 24-25). Afinal, como afirma Luiz Oosterbeek, *a arqueologia não é apenas uma área de produção de conhecimento e cultura; é, também, uma área de mercado, geradora de postos de trabalho e de lucros* (2006, p. 6).

A participação numa intervenção como a levada a cabo na área envolvente do Convento do Carmo apenas pode ser descrita como enriquecedora. Em primeiro lugar, a importância do monumento enquanto marco histórico da cidade de Lisboa é um factor que desde logo aguça o interesse. Por outro lado, o facto de conciliar a vertente “estágio” com a vertente “emprego” exigiu uma maior atenção aos pormenores e um esforço científico que, de outro modo, não iria além do trabalho de campo. A pesquisa bibliográfica sobre a construção e ocupação do convento e o estudo dos materiais constituíram um desafio agradável que complementou o trabalho de escavação.

Relativamente aos trabalhos de campo, desenvolveram-se diversas tarefas desde o registo à escavação. Dadas as restrições de tempo inerentes às intervenções em contexto de obra, tentou-se, sempre que possível e sem perda de informação, acelerar o ritmo dos trabalhos, de forma a não prejudicar a empreitada.

Em gabinete, os trabalhos realizados foram também diversos, desde o processo de lavagem de material ao inventário. O conjunto artefactual estudado forneceu informações bastante úteis para a compreensão do espaço em torno do convento. A observação de alguns vestígios durante a escavação, nomeadamente no que à presença de pigmento vermelho nas marcas de canteiro diz respeito, aliada ao estudo dos materiais, sobretudo cerâmicos, permitiu acrescentar novos dados à história do convento. É recompensador, para uma época em que a bibliografia é abundante, poder confirmar ou acrescentar, através da Arqueologia, informações. No caso do Pátio B à igreja do Carmo é de destacar o motivo decorativo da calçada pré-pombalina que

permite conhecer o local exacto onde foi aberta a nova porta travessa no final do século XVI (Marques e Bastos, 2013). No caso dos Terraços do Carmo, salienta-se a percepção de que as siglas de canteiro apresentavam um preenchimento com pigmento e, sobretudo, o entendimento de qual a opção adoptada no século XV para minimizar os riscos de queda da estrutura, causados pela instabilidade do terreno onde foi construída.

Os materiais permitiram ainda confirmar, no que toca aos hábitos alimentares da população medieval, algumas informações que são avançadas para outros arqueossítios em Portugal. A escassez de loiça de uso individual atesta os hábitos de consumo colectivo de alimentos, que sofrerão alterações na centúria seguinte. O medo das doenças que assolaram o Portugal e a Europa medievais e, talvez também, a difusão de novos artigos (possível com expansão portuguesa do século XVI), modificarão a baixela das cozinhas portuguesas.

Em jeito de conclusão, o estágio realizado permitiu aprofundar conhecimentos teóricos e aplicar outros numa situação real. A lacuna de, em âmbito empresarial, o profissional de arqueologia ir seguindo de uma intervenção de campo para outra sem, muitas vezes, ter tempo ou possibilidade de tratar a informação recolhida, parece-nos colmatada com a escolha desta vertente do mestrado.

8. Referências bibliográficas

Estudos

ALMEIDA, M. (2008) – Proteger apesar do IGESPAR, IP: a Arqueologia Portuguesa num instituto sem competências de Arqueologia nem de Património Histórico. *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, 3, p.145-153. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos. Disponível em WWW:<URL:http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2008_145153.html>.

ALMEIDA, M. J. (2006) – Património arqueológico móvel: (des)enquadramento na actual legislação portuguesa. *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, 1, p.29-36. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos. Disponível em WWW: <URL: http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2006_2936.html>.

AMARO, C. (1992) – Silos medievais no Palácio Nacional de Sintra, *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 1, p.111-123.

AMARO, C. (1994) – A arqueologia urbana em Lisboa – balanço e reflexão –. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.219-221.

ARAÚJO, J. (2013) - *A cerâmica islâmica do castelo de Palmela: Análise tipológica e crono-estratigráfica dos materiais da galeria 5*. Lisboa: Tese de Mestrado policopiada.

ARNAUD, J. (2013) – *Memória e intervenção. 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

BARATA, M. F. (2002) – Algumas reflexões sobre património. *Estudos/Património*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. 3, p.100-105.

BATALHA, L.; CARDOSO, G. (2013) - Poço seiscentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa). *Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. Oeiras. 1, p. 1-28.

BICHO, N. (2003) – O Ensino da Arqueologia em Portugal. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia. 3, p.14-19.

BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T.; SILVA, T. (2013) - Silos medievais da Travessa das Capuchas (Santarém): estruturas e cultura material. In *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p.937-945.

BUGALHÃO, J.; FOLGADO, D. (2001) - O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 7, p.111-145.

BUGALHÃO, J., GOMES, A. S.; SOUSA, M. (2003) - Vestígios de produção oleira islâmica no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 8, p.129-191.

BUGALHÃO, J. [et. al.] (2010) – CIGA: Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Andalus. *XELB: Revista de arqueologia, arte, etnologia e história*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 10, p.455-476.

BUGALHÃO, J. (2011) - “A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas”. *Arqueologia & História*, 60-61, p.19-43.

BUGALHÃO, J. (2009) – Lisboa Islâmica: uma realidade em construção. *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História - Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 9, p.379-393.

BUGALHÃO, J. (2008) - Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia, 8, p. 218-230.

CALADO, L.; PEREIRA, P.; LEITE, J. (2001) - Falando com franqueza: a salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas. *Estudos/Património*. Lisboa. 1,p. 103-107.

CARDOSO, J. L. (1994) – O impacte de grandes obras públicas no património arqueológico. Algumas considerações sobre a sua quantificação. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p.101-103.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 6, p.193-212.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1991) – Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.575-585.

CARNEIRO, L. (2014) - Terraços do Carmo - Uma nova vista para a cidade projetada por Siza Vieira. *Revista Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 10, p.6-8.

CARVALHO, A. (2005) - Intervenção Arqueológica no “Mercado Velho” de Palmela: Primeiros resultados. *Al Madan*, Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série II, 13 (Adenda electrónica): V.

CATARINO, H. (2003) – Cerâmica da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no castelo da vila de Alcoutim. *Actas das 3^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.161-178.

CATARINO, H. (1997/98) - O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados. 3 vols. *Al-Ulyã*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. Nº 6.

CATARINO, H. (1994) – O Castelo de Paderne (Albufeira): Resultados da primeira intervenção arqueológica. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 2, p.73-87.

CATARINO, H.; INÁCIO, I. (2008) – A ocupação tardo-medieval e moderna no castelo de Paderne. *XELB: Revista de arqueologia, arte, etnologia e história - Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 8:1, p.307-332.

CAVACO, S.; COVANEIRO, J. (2010) – Materiais cerâmicos provenientes de um silo do bairro almóada do Convento da Graça – Tavira. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 11, p.103-112.

COELHO, A. (2004) – O Tempo e os Homens: Séculos XII-XIV. In, MEDINA, J. (dir. de), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. III. Madrid: Impressões de Mateu Cromo, Artes Gráficas, S.A. p.351-541.

COELHO, A. (2001) – Lisboa nos dois primeiros séculos após a «Reconquista». *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 7, p.235-242.

CORDEIRO, V. (1919) – *Vida do Beato Nuno Alvarez Pereira (Santo Condestavel)*. Lisboa: Edição da Livraria Cathouca.

CORREIA, F. (1991) – Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.373-385.

CORREIA, V. (2001) – A Ordem dos Arqueólogos: cinco questões. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia, 2, p.11-14.

DE MAN, A. [et. al.] (2014) – Cerâmica Medieval de Conimbriga. In *Estudos de cerâmica medieval: o norte e centro de Portugal, séculos XI a XII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Instituto de Estudos Medievais. p.57-67.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (1998) – Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, n^{os} 36/44, na Mouraria, em Lisboa. *Actas das 2^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.257-265.

DINIZ, M. (2008) – Arqueologia – Divulgação – Universidade: palavras-chave para um novo contrato social. *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, 3, p. 25-30. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos. Disponível em WWW: <URL: http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2008_2530.html>.

GOMES, R. (s.d.) – Acompanhamento arqueológico da empreitada SIMLIS – balanço e resultados. Disponível em www.agoracultura.com.

FABIÃO, C. (2006) – A Universidade e as empresas de arqueologia: vias para uma relação desejável. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia. 7, p.30-40.

FABIÃO, C. (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série II, 8, p.104-126.

FABIÃO, C. (1994) – Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Edições Cosmos. 13, p.147-162.

FERNANDES, L. (2000) – Novos elementos sobre o Castelo da Guarda (sécs. XIII-XVIII). In *Beira Interior – História e Património*. Guarda: Câmara Municipal. p.239-252.

FERNANDES, L.; MARQUES, A.; TORRES, A. (2008) - Ocupação baixo medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 10, p.159–183.

FERNANDES, I. (2005) – Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação. *Portugalia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, Vol. XXVI, p.149-173.

FERNANDES, I. (2004) - *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Palmela. Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela. 452 p.

FERNANDES, I.; CARVALHO, A. R. (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. *Actas das 2^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.211-255.

FERNANDES, I.; CARVALHO, A. (1997) – Abordagem arqueológica da Palmela medieval cristã. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 5, p.221-241.

FERNANDES, I.; CARVALHO, A. (1995) - Cerâmicas baixo-medievais da casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela). *Actas das 1^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.77-96.

FERREIRA, F. (1999) – Escavação da igreja do Convento do Carmo. Relatório de escavação. *Arqueologia e História*. Lisboa: Colibri e Associação dos Arqueólogos Portugueses. 51, p.73-164.

FIGUEIREDO, A.; SANTOS, M. (2002) – Intervenções em áreas urbanas na envolvente de edifícios classificados. Algumas reflexões sobre património. *Estudos/Património*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. 2, p.109-115.

FRANÇA, J.-A. (2008) – *Lisboa – História física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte.

FRANÇA, J.-A. (1989) – *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

FRANÇA, J.-A. (1980) – *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

GASPAR, A. (1991) - Contribuição para o estudo das cerâmicas medievais de Braga. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.365-372.

GASPAR, A.; AMARO, C. (1997) - Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. In *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du Vème Congrès l' AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions. p.337-345.

GOMES, A., [et. al.] (2005) – Cerâmicas Medievais de Lisboa: continuidades e rupturas. In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII e XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Universidade do Porto. p.221-236.

GOMES, M.; GOMES, R. (1993) - Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI do Poço-cisterna de Silves. *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 3, p.143-205.

GOMES, M.; GOMES, R.; CARDOSO, J. (1996) - Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV. *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 3, p. 33-78.

GOMES, P. [et. Al.] (2004) – Cerâmicas tardo-medievais e modernas de importação na cidade do Porto. *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e etnológicos*. Barcelos. 2ª Série, 3, p.89 -96.

GOMES, R. (2003) – Brinquedos muçulmanos de cerâmica do sul de Portugal. *Actas das 3^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.93-102.

GONÇALVES, M.; PIRES, A; MENDONÇA, C. (2009) – Utensílios do quotidiano de um arrabalde islâmico de Silves: análise preliminar da louça de cozinha. *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História - Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 9, p.695-706.

INÁCIO, I. [et. al.] (2015) - A propósito da investigação sobre cerâmica islâmica em Portugal. *Medievalista online*, nº17, p.1–44. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

JORGE, V. (2005) – Por uma arqueologia inteligente. Algumas reflexões autobiográficas como pequeno contributo para a história do pensamento arqueológico português nas últimas três décadas. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia. 6, p.16-21.

LAGO, M. (2003) – O Público e o Privado. – Notas para a inovação na gestão do Património Arqueológico. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia. 4, p.8-11.

LEAL, E. (2000) - Nun'Álvares: símbolo e mito nos séculos XIX e XX. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, 12, p.143-183.

LEMOS, F. S. (2006) – A Lei e a Arqueologia Urbana. *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, 1, p. 15-21. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos. Disponível em WWW: <URL: http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2006_1521.html>.

LEMOS, F. S.; MARTINS, M. (1992) – A Arqueologia Urbana em Portugal. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Edições Cosmos. 7, p.93-102.

LIBERATO, M. (2011) - *A cerâmica pintada a branco na Santarém medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*. Dissertação de mestrado policopiada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LOURENÇO, A. (2001) – Carmelitas (Ordem do Carmo). In AZEVEDO, C. (dir. de), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. Lisboa. Vol. 3.

MACIAS, S. (1993) – Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 2, p.127-157.

MARQUES, A. (2000) - Escavações arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995). In *Beira Interior - História e Património*. Guarda: Câmara Municipal. p.253-286.

MARQUES, A; BASTOS, M. (2013) – Subsídios arqueológicos para a História da Igreja do Convento do Carmo (Lisboa). In *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p.1091-1101.

MARTINS, A.; NEVES, C.; ALDEIAS, V. (2010) – “Arqueologia Medieval-Moderna – os silos da Avenida Miguel Fernandes, Beja”. In BICHO, N.(coord.) - *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (2004) - As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica*. Promontoria Monográfica, 13. Universidade do Algarve. p.205-212.

MARTINS, M., RIBEIRO, M. (2010) – “A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades”, *Forum*, 44-45 (2009-2010). Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho. p. 149-178.

MARTINS, O. (1893) – *A vida de Nun' Alvares: historia do estabelecimento da dynastia de Aviz*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.

MATESANZ VERA, P.; SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, C. (2001) - Intervención arqueológica en el Convento de San Vicente Ferrer de Plasencia (Cáceres) : cerámicas de los siglos XIII a XV. In *Garb: Sítios islâmicos do Sul peninsular. Sítios islâmicos del sur peninsular*. Lisboa-Badajoz: Instituto Português do Património Arquitectónico. p.283-309.

MATELA, R. (2009) - *O Papel dos Conventos no Crescimento Urbano*. Lisboa: Tese de Mestrado policopiada.

MENDES, H.; PIMENTA, J.; VALONGO, A. (2002) - Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21 - Centro Histórico de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 5:1, p.259-276.

NAZARÉ, M. (2013) – Cerâmicas medievais de Santa Olaia (Figueira da Foz) depositadas no Museu Municipal Dr. Santos Rocha. Coimbra: Relatório de Estágio Policopiado.

OOSTERBEEK, L. (2008) – Gestão da Arqueologia: mudar o paradigma. *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, 3, p.139-144. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos. Disponível em WWW: <URL: http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2008_139144.html>.

PEREIRA, C. (2010) - *A arte na Igreja do Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389/1755) - contributos para o seu estudo cripto-histórico*. Lisboa: Tese de Mestrado policopiada.

PEREIRA, J. (2008) – Arqueologia: onde fica a raiz do poder? *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, 3, p. 155-159. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos. Disponível em WWW: <URL: http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2008_155159.html>.

PEREIRA, P. (2005) – O Convento e Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo. In *Construindo a memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses/Museu Arqueológico do Carmo, p.20-39.

PEREIRA, P. (1989) – A Igreja e Convento do Carmo: do gótico ao revivalismo. In *Actas da Comemoração dos 600 anos da fundação do Convento do Carmo em Lisboa*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p.87-113.

Protocole Beuvray (1998) - Protocole de Quantification des céramiques. In ARCELIN, P., TUFFREAU-LIBRE, M. (dir.). - *La quantification des céramiques. Conditions et Protocole*. Glux-en-Glenne: Centre archéologique Européen du Mont Beuvray. (Bibactre; 2), p.141-157.

REAL, F.; ALFARO, L. (2006) - Legislação e Regulamentos em preparação em 2005. *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, 1, p. 9-13. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos. Disponível em WWW: <URL: http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2006_913.html>

REAL, M. [et. al.] (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante-Porto: elementos para uma sequência longa séculos IV-XIX. *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.171-186.

RODRIGUES, M. (2007) – A realização de intervenções arqueológicas pelo IPPAR. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia. 8, p.27-30.

RODRIGUES, M. (1994) – *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (Séc. XII-XIII)*. Porto: Tese de Mestrado Policopiada.

RODRIGUES, M.; LEBRE, A. (2003) – Cerâmicas medievais da Vila Velha (Vila Real). *Actas das 3^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.151-160.

RODRIGUES, M.; REBANDA, N. (1998) – Cerâmicas medievais do povoado desertificado de Sta. Cruz da Vilaria. *Actas das 2^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.101-126.

RODRIGUES, M.; REBANDA, N. (1995) - Cerâmicas medievais do Baldoeiro (Adeganha, Torre de Moncorvo). *Actas das 1^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.51-66.

SANTA ANA, J. (1751) - *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nos Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, Tomo II.

SANTA ANA, J. (1745) - *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nos Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, Tomo I.

SEQUEIRA, G. (1941) – *O Carmo e a Trindade*. Volume III. Lisboa: Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SEQUEIRA, G. (1939a) – *O Carmo e a Trindade*. Volume II. Lisboa: Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SEQUEIRA, G. (1939b) – *O Carmo e a Trindade*. Volume I. Lisboa: Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SERRANO, L. (2011) - Lucernas, candis e candeias: para uma distribuição geográfica no território português. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território (Arqueologia Medieval) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. de O. (1987) – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Nova História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Editorial Presença.

SILVA, A. (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, A.; RIBEIRO, M. (2007) – Cerâmica medieval das escavações no castelo de Arouca: Ensaio de análise morfotipológica. *Portvgalia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, Vol. XXVII-XXVIII (2006/07), p.69-88.

SILVA, M. (2011) - *A Cerâmica Islâmica da Alcáçova de Santarém, das unidades estratigráficas 17, 18, 27, 28, 30, 37, 39, 41, 193, 195, 196, 197 e 210*. Lisboa: Tese de Mestrado policopiada.

SILVA, R.; GOMES, R.; GOMES, M. (2011) – O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa). In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e Desencontros*. Universidade Nova de Lisboa e do Algarve. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências. p.17-25.

SOARES, N. (2004) – Em busca da maturidade. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia. 5, p.14-19.

SOUSA, M. (2011) – The Castelo dos Mouros, Sintra. In *Portugal*. London: The Royal Archaeological Institute. p.51-54.

TENTE, C. (2010) – Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI. Dissertação de Doutoramento policopiada,

apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TORRES, C.; GÓMEZ, S.; FERREIRA, M. (2003) – Os nomes da cerâmica medieval: Inventário de termos. *Actas das 3.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela. p.125-134.

VALERA, A. (2006) – Universidades e Empresas de Arqueologia: razões para uma relação desejável. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia. 7, p.22-29.

VALERA, A. (2002) – Escola, Autoridade, Racionalismo crítico e Organização curricular no Ensino da Arqueologia. *Era Arqueologia*. Lisboa: Colibri/Era Arqueologia. 3, p.8-13.

VIEIRA, A. (2011) - Cerâmicas dos séculos XIV a XVI do castelo de Sesimbra. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série V, vol.1, p.657-687.

Material Cartográfico

Carta milita de Portugal: Série M888, Folha 431 [Material Cartográfico] / Instituto geográfico do exército – Escala 1:25 000. Lisboa: I. G. E., 1993.

Carta Geológica de Portugal: Folha 34-D [Material Cartográfico] / Serviços Geológicos de Portugal. – Escala 1:50 000. Lisboa: S. G. P., 2005.

Documentos

Carta Internacional para a salvaguarda das cidades históricas (1986) – Disponível em WWW: <URL: <http://194.65.130.238/pt/account/legislacao/>>.

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista) (1992) – Disponível em WWW: <URL: <http://194.65.130.238/pt/account/legislacao/>>.

Código Deontológico da Associação Profissional de Arqueólogos (1997) – Disponível em WWW: <URL: <http://www.apaarqueologos.org>>.

Decretos-Lei

Aviso nº 11622/2012 de 30 de agosto. *Diário da República*, 2ª série, nº 168 - de 30 de agosto, p.30272-30275. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-evora.pt/pt/site-municipio/atividademunicipio/regulamentos/documents/projeto%20de%20altera%C3%A7%C3%A3o%20do%20regulamento%20do%20conselho%20municipal%20de%20juventude%20de%20C3%A9vora.pdf>>.

Decreto-Lei nº 164/2014 de 04 de Novembro. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 213 — 4 de novembro de 2014, p.5633-5640. Disponível em WWW: <URL: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20141230115352.pdf>>.

Decreto-Lei nº 96/2007 de 29 de Março. *Diário da República* - I Série, nº 63 – 23-3-2007, p.1923-1927. Disponível em WWW: <URL: <http://194.65.130.238/pt/account/legislacao/>>.

Decreto-Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República* – I Série A, nº 209 – 8-9-2001, p.5808-5829. Disponível em WWW: <URL: <http://194.65.130.238/pt/account/legislacao/>>.

Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho. *Diário da República* – I Série A, nº 163 – 15-7-1999, p.4412-4416. Disponível em WWW: <URL: <http://194.65.130.238/pt/account/legislacao/>>.

Decreto-Lei nº 94/94 de 29 de setembro. *Diário da República* – I Série B, nº 226 - 29 de Setembro de 1994. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/1994/pdm.pdf>>.

Decreto-Lei nº 13/85 de 6 de Julho. *Diário da República* – I Série, nº 153 – 6-7-1985, p.1865-1874. Disponível em WWW: <URL: <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7BECF69CC1-644C-4231-8433-B29932705E28%7D>>.

Sites consultados

<http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/allnumbres.html>

<http://revelarlx.cm-lisboa.pt/>

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquitectura_g%C3%B3tica

http://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_Republicana

http://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_da_Gra%C3%A7a_%28Lisboa%29

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74984/>

<http://www.ordem-do-carmo.pt/index.php/os-carmelitas/historia.html>

http://www.museuarqueologicodocarmo.pt/p_museu.html

http://www.arqueologos.pt/p_aap.html

<http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/uv5614vny/uv5614vny>

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/contactos/arquivo-fotografico/>

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios>

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>

<http://www.igeoe.pt>

<http://www.neoepica.pt/>

9. Anexos

9.1. Cartografia e fotografias gerais



Figura 3 - Carta Militar de Portugal, folha 431, 1:25 000. Pormenor com implantação do Convento do Carmo.

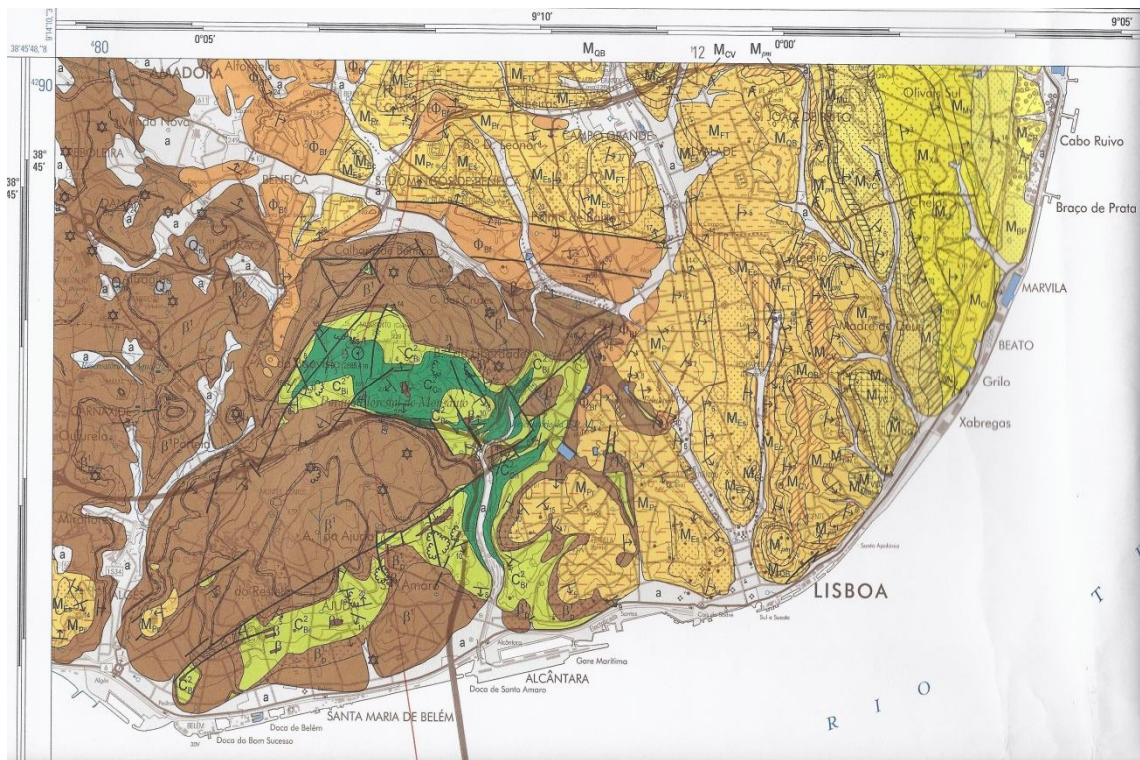


Figura 4 – Carta Geológica de Portugal, folha 34-D, 1:50 000. (Fonte: Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia).

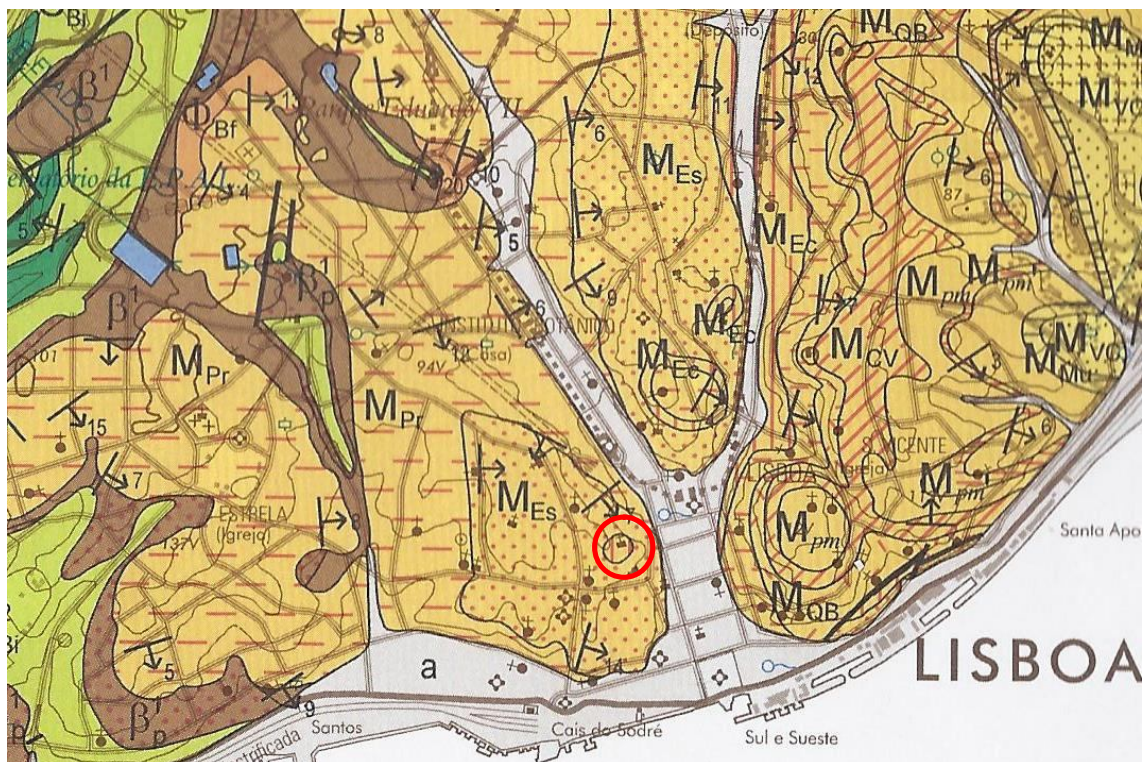


Figura 5 - Carta Geológica de Portugal, folha 34-D, 1:50 000. Pormenor com implantação do Convento do Carmo.

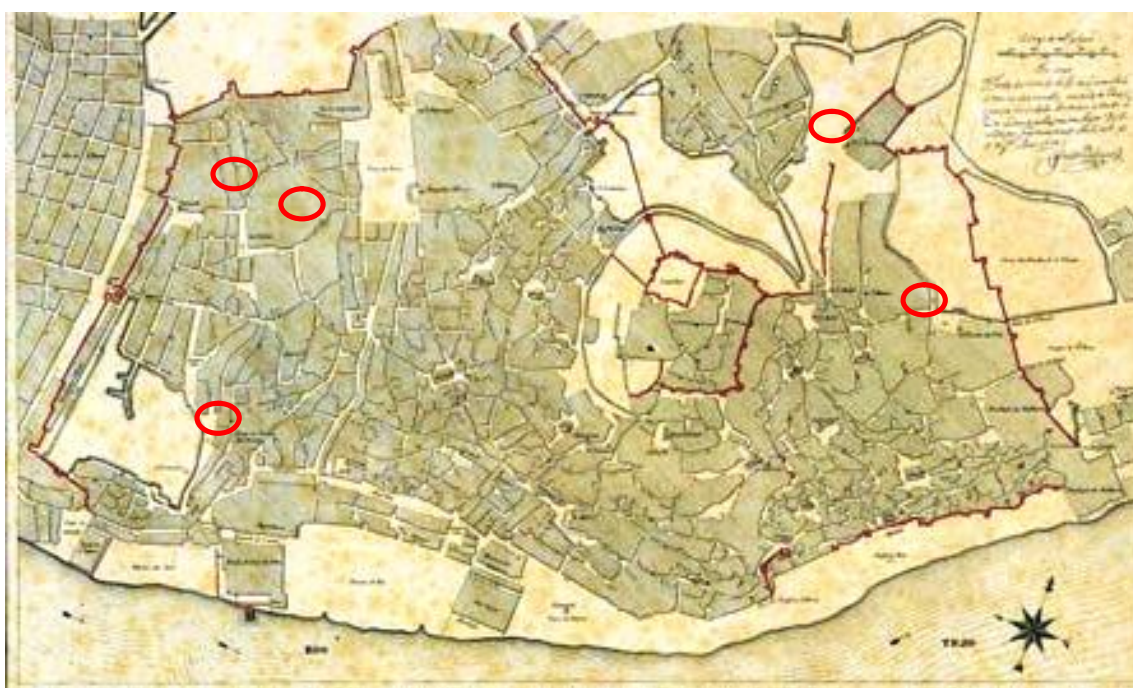


Figura 6 – Planta de Lisboa em 1650, publicada em 1884 por João Nunes Tinoco. À esquerda os Conventos da Trindade, do Carmo e de S. Francisco, à direita os Conventos da Nossa Senhora da Graça e de S. Vicente de Fora (Silva, 1987).



Figura 7 - Pormenor decorativo da calçada, que assinala o local da Porta travessa aberta em 1591, afectado pela vala de reconstrução da fachada sul (Marques e Bastos, 2013, p.1098).



Figura 8 - Vista sobre as estruturas da antiga Capela do Santo Cristo Cativo (Marques e Bastos, 2013, p.1101).



Figura 9 - Vista da fachada principal e seu enquadramento, cerca de 1740, por G. Debrie (Fonte: Arquivo fotográfico de Lisboa).

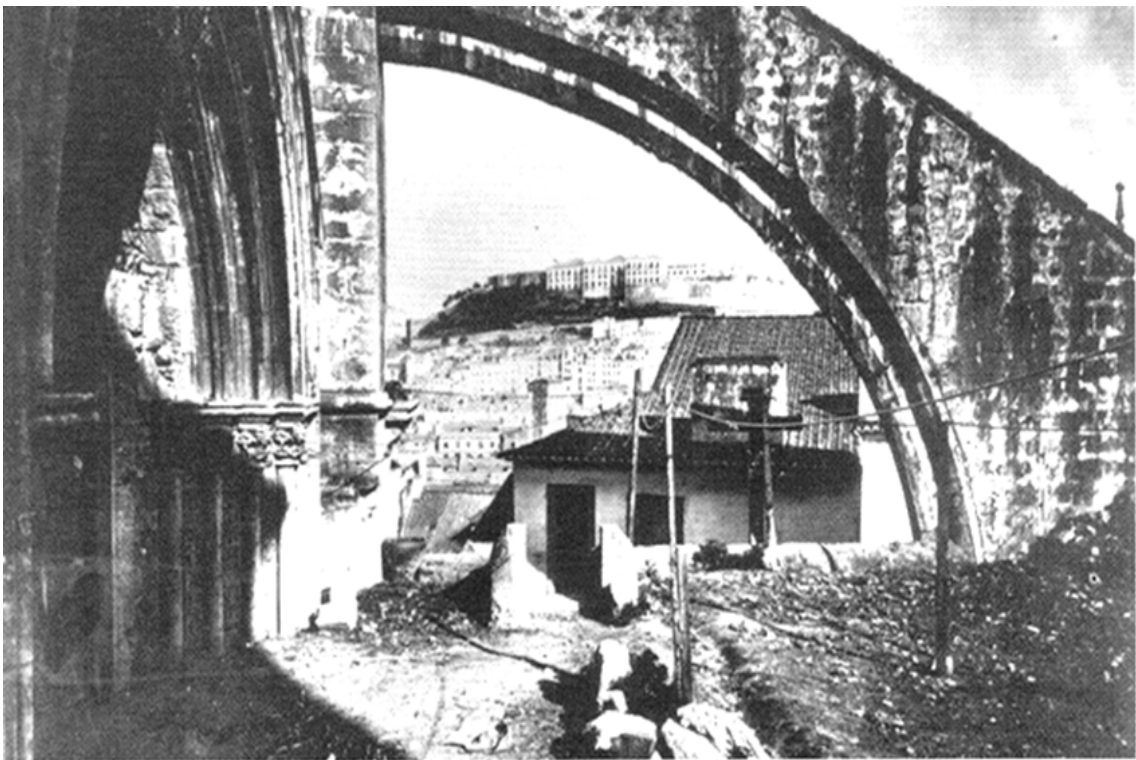


Figura 10 - Portal sul e arcobotante, meados do Século XIX (Martins, 2005, p.53)



Figura 11 – Convento do Carmo, no canto superior esquerdo, visto do Rossio em inícios do século XX, por Paulo Guedes (Fonte: Arquivo fotográfico de Lisboa).



Figura 12 – Edifícios da Guarda Nacional Republicana em redor do Convento do Carmo, em 1960, por Armando Serôdio (Fonte: Arquivo fotográfico de Lisboa).



Figura 13 – Pormenor do jardim do Século XIX na zona tardoz do Convento do Carmo, no levantamento de Filipe Folque (1856-1858, folha nº43).



Figura 14 – Vestígios do jardim do Século XIX: ao centro o lago de planta oval; ao fundo o muro decorado com painel de azulejos (fotografia tirada durante os trabalhos, Setembro de 2013).



Figura 15 – Pilaretes identificados no interior do lago do Século XIX (fotografia tirada durante os trabalhos, Setembro de 2013).



Figura 16 – Pormenor da conduta associada ao lago (fotografia tirada durante os trabalhos, Outubro de 2013).



Figura 17 – Vista dos muros que constituem a estrutura de arcos de descarga (fotografia tirada durante os trabalhos, Novembro de 2013).



Figura 18 - Vista das traseiras da Igreja e Convento do Carmo, cerca de 1740, por G. Debrie (Fonte: Arquivo fotográfico de Lisboa).



Figura 19 – Um dos ossários e material osteológico disperso identificados na Área A dos Terraços do Carmo.



Figura 20 – Pormenor da escavação do depósito [1233] (fotografia tirada durante os trabalhos, Novembro de 2013).



Figura 21 – Exemplos de marcas de canteiro ainda preenchidas com pigmento vermelho, na fachada tardez do Convento do Carmo (fotografias tiradas durante os trabalhos, Janeiro de 2014).



Figura 22 – Unidade estratigráfica [1298] ao fundo, cortada por várias estruturas modernas e contemporâneas (fotografia tirada durante os trabalhos, Dezembro de 2013).

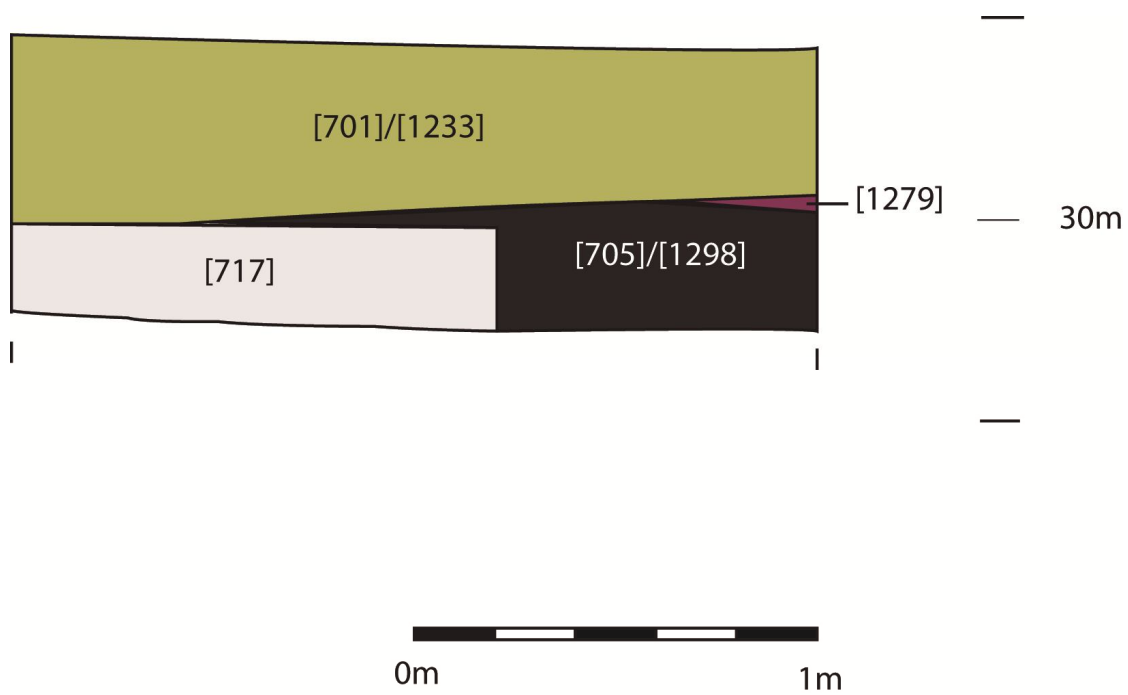


Figura 23 – Sondagem VI – Desenho do Corte Oeste, com as camadas [701]/[1233] e [705]/[1298] a assentarem no alicerce da Igreja, [717].



Figura 24 – Trabalhos de registo na sondagem VI, com a conduta e outras estruturas murárias a cortarem o depósito [705] (fotografia tirada durante os trabalhos, Outubro de 2013).



Figura 25 – Sondagem VII - Corte Sul, com a vala do embasamento da Igreja do Carmo a cortar o substrato geológico.

9.2. *Fotografias de materiais*



Figura 26 – Exemplos de panelas da UE [1298].



Figura 27 – TC/13.[1298].886.297: fragmento de panela com decoração impressa a rolo.



Figura 28: TC/13.[1298].886.491: fragmento de Panela Tipo V.



Figura 29 – TC/13.[1298].890.1: fragmento de cabo de frigideira com argola na extremidade.



Figura 30 – TC/13.[1298].890.2: fragmento indeterminado.



Figura 31 – TC/13.[1298].886.1005: fragmento de tripé.



Figura 32 - TC/13.[1298].886.1005: fragmento de tripé.



Figura 33 - TC/12.[1298].886.1006: fragmento de tripé.



Figura 34 - TC/12.[1298].886.1006: fragmento de tripé.



Figura 35 – TC/13.[1298].886.817: pucarinho inteiro.



Figura 36 – TC/13.[1298].2382: fragmento de malga carenada esmaltada a branco com decoração a azul cobalto.



Figura 37 – Exemplos de fragmentos de candeia e de candil.



Figura 38 – Exemplos de fragmentos de trempes.



Figura 39 – Exemplos de malhas de jogo.



Figura 40 – TC/13.[1298].886.1041: peso de rede em forma de vieira.

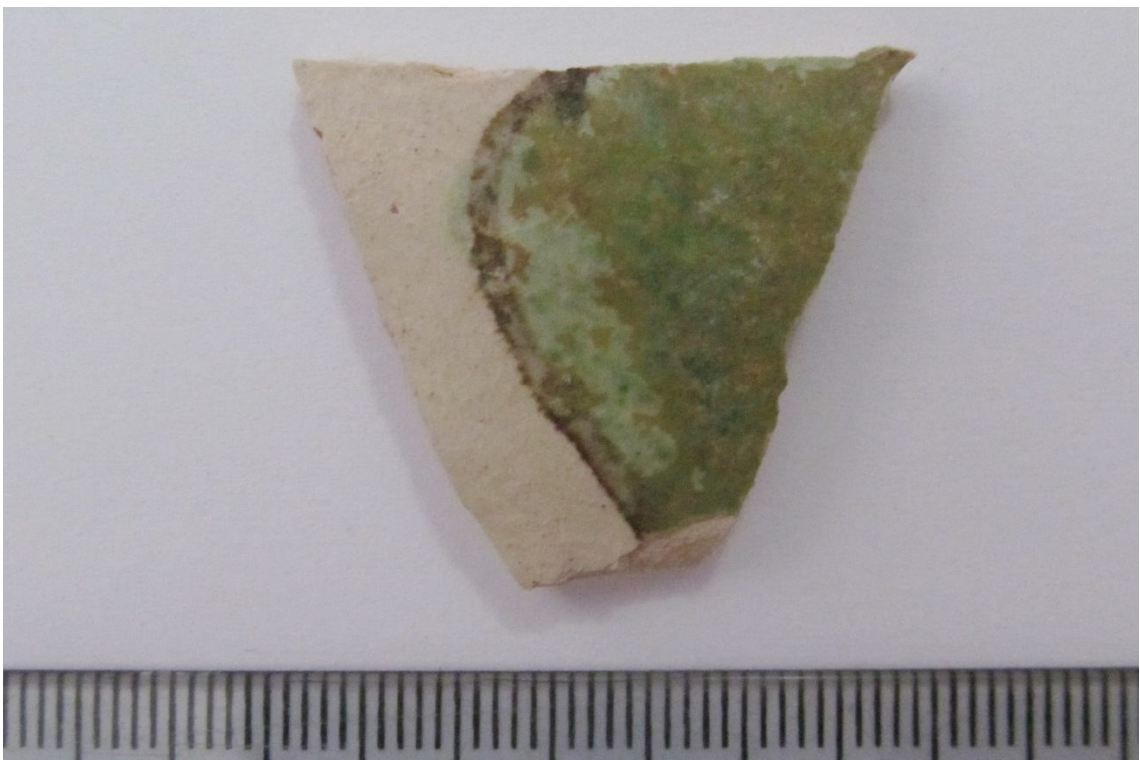


Figura 41 – TC/13.[1298].893.1: fragmento com vidrado incolor com decoração pintada a verde, produção de Saintonge.



Figura 42 – Exemplos de fragmentos com vidrado, locais e de importação.



Figura 43 – Asa com vidrado a verde, de produção francesa.



Figura 44 – Exemplos de fragmentos com pintura a branco.



Figura 45 – Exemplos de fragmentos com decoração incisa.



Figura 46 – Exemplos de fragmentos de talhas com decoração plástica e incisa.



Figura 47 – TC/13.[1298].888.2: fragmento de fundo com pé anelar decorado com rosetas octopétalas estampilhadas.



Figura 48 – Exemplos de fragmentos com decoração impressa a rolo.



Figura 49 – TC/13.[1298].892.2: fragmento com “X” grafitado.



Figura 50 – TC/13.SD.VI.[705].1104.1: fragmento de bojo com mascarão onde são visíveis olhos circulares, nariz, boca e cabelo.

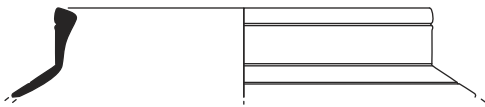


Figura 51 – TC/13.SD.VI.[705].1001.1: Possível brinquedo ou copo doseador.

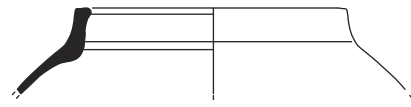


Figura 52 – UE [1298]: alguns fragmentos indeterminados.

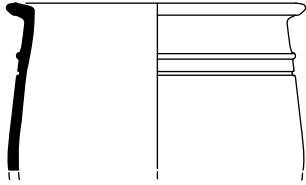
9.3. *Estampas*



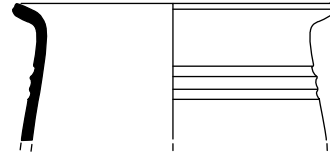
TC/13.[1298].886.169



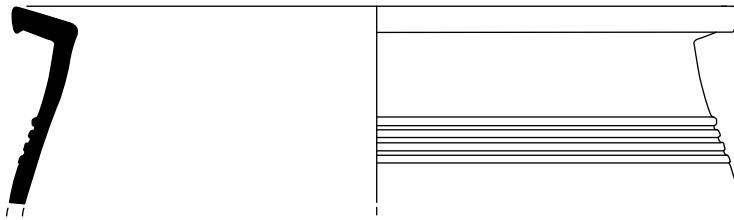
TC/13.[1298].886.247



TC/13.[1298].886.1



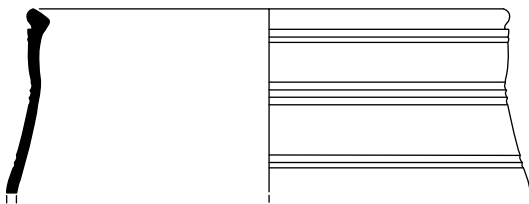
TC/13.[1298].886.3



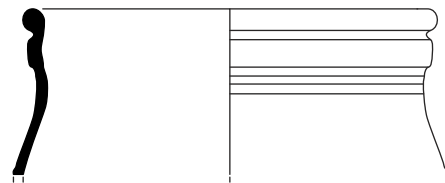
TC/13.[1298].886.5



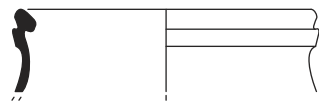
TC/13.[1298].886.293



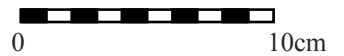
TC/13.[1298].886.9



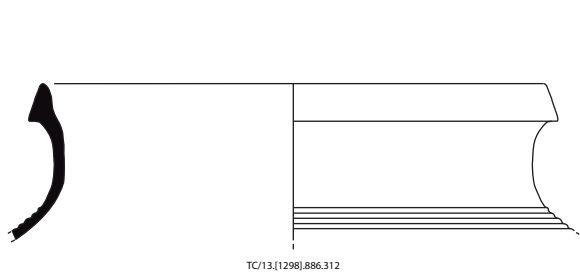
TC/13.[1298].886.28



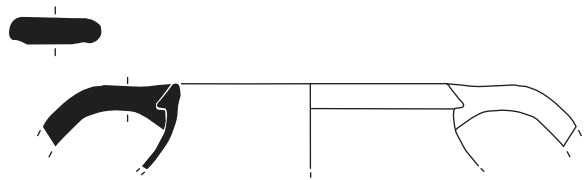
TC/13.[1298].886.275



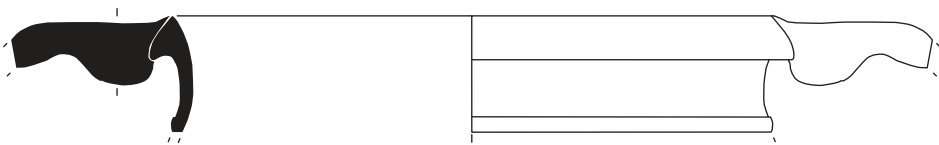
Estampa 1 - Painéis: Tipo I (886.169 e 886.247), Tipo II (886.1, 886.3, 886.5 e 886.293), Tipo III (886.9, 886.28 e 886.275).



TC/13.[1298].886.312



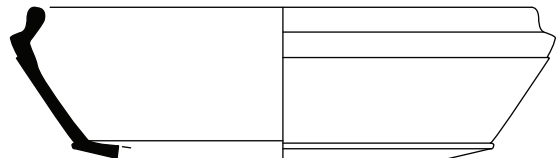
TC/13.[1298].886.313



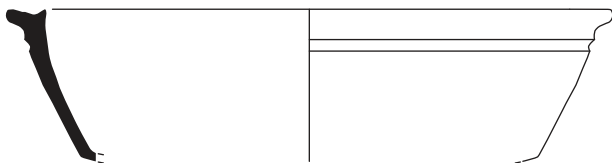
TC/13.[1298].886.334



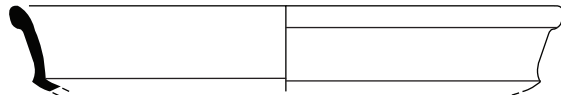
TC/13.[1298].886.916



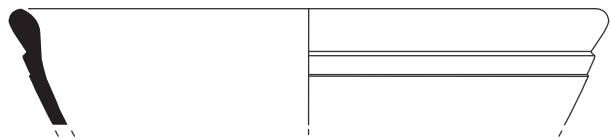
TC/13.[1298].886.396



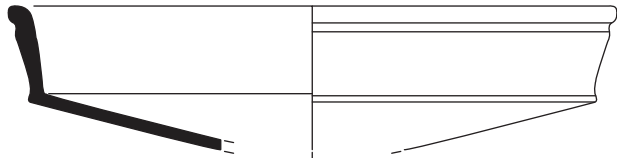
TC/13.[1298].886.385



TC/13.[1298].886.443



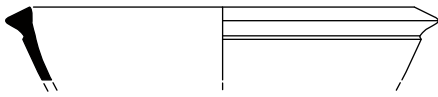
TC/13.[1298].886.444



TC/13.[1298].886.348



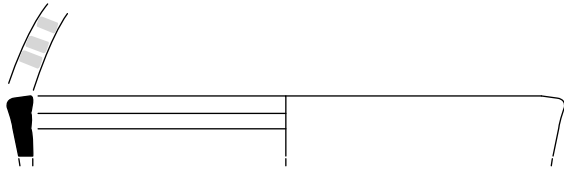
Estampa 2 - Painéis: Tipo IV (886.312, 886.813 e 886.334); Frigideira (886.916); Caçoilas: Tipo I (886.396), Tipo II (886.385), Tipo III (886.443), Tipo IV (886.348, 886.444).



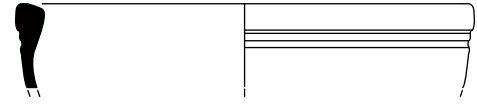
TC/13.[1298]886.349



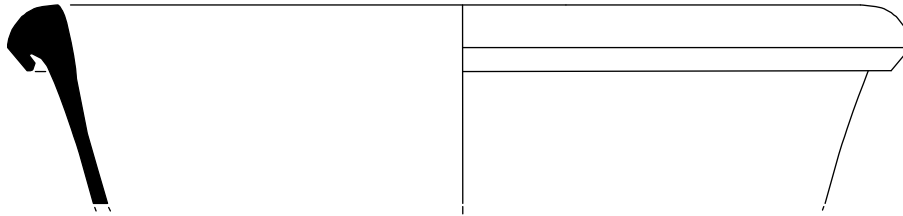
TC/13.[1298]886.413



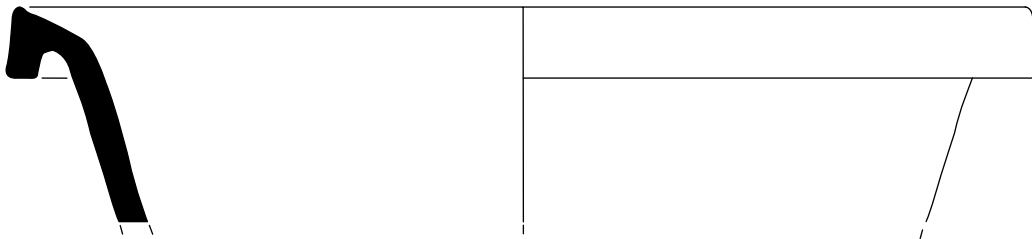
TC/13.[1298]886.490



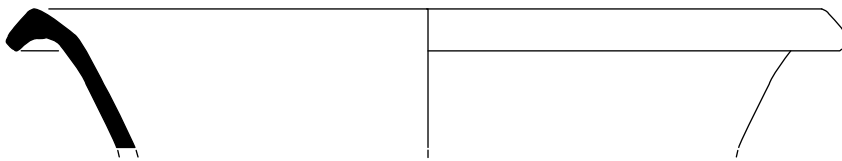
TC/13.[1298]886.447



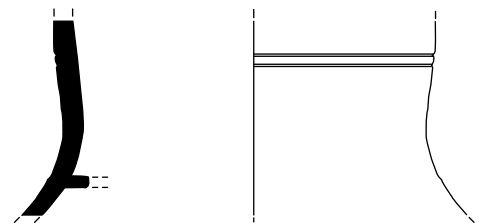
TC/13.[1298]886.851



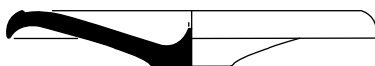
TC/[1298]886.960



TC/13.[1298]886.864



TC/13.[1298]892.4



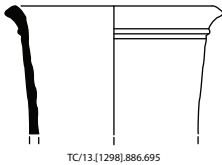
TC/13.[1298]886.544



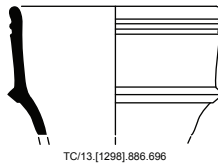
TC/13.[1298]886.546



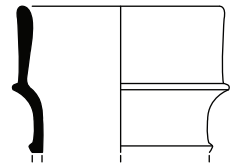
Estampa 3 - Caçoilas: Tipo V (886.349 ,886.413 e 886.490), e Tipo VI (886.447); Alguidares (886.851, 886.864 e 886.960); Fogareiro (892.4); Testos (886.544 e 886.546)



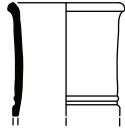
TC/13,[1298],886.695



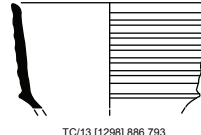
TC/13,[1298],886.696



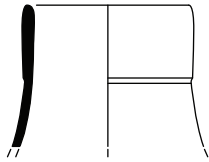
TC/13,[1298],886.697



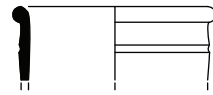
TC/13,[1298],886.771



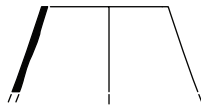
TC/13,[1298],886.793



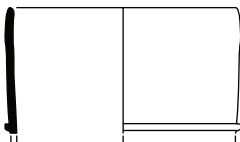
TC/13,[1298],886.714



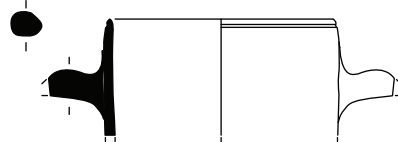
TC/13,[1298],886.732



TC/13,[1298],886.816



TC/13,[1298],886.699



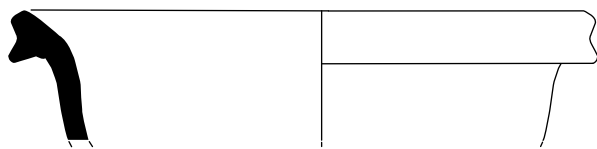
TC/13,[1298],886.726



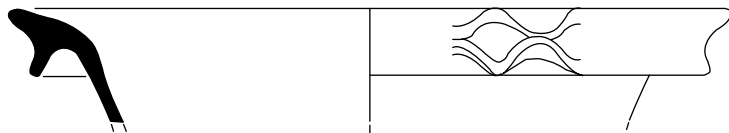
TC/13,[1298],886.817



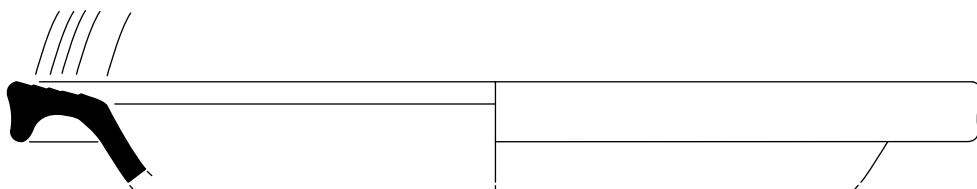
Estampa 4 - Bilhas (886.695, 886.696, 886.697, 886.771 e 886.793); Jarros (886.714 e 886.732); Copo (886.816); Púcaros (886.699 e 886.726); Pucarinho (886.817).



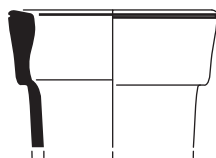
TC/13.[1298].886.857



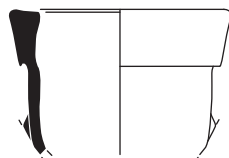
TC/13.[1298].886.946



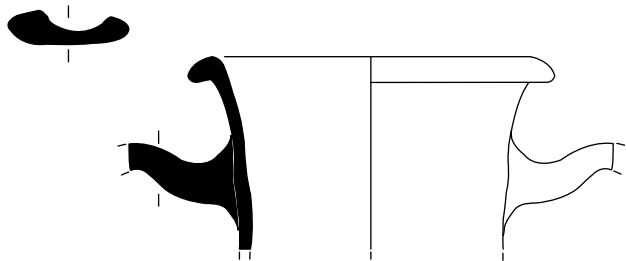
TC/13.[1298].886.962



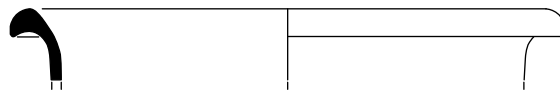
TC/13.[1298].886.500



TC/13.[1298].886.506



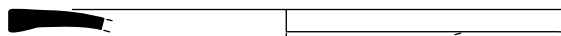
TC/[1298].886.681



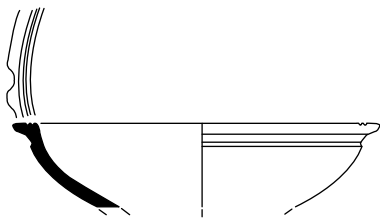
TC/13.[1298].886.684



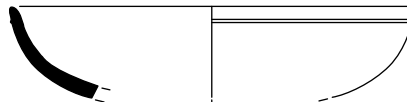
Estampa 5 - Talhas (886.857, 886.946 e 886.962); Cântaros: Tipo I (886.500 e 886.506) e Tipo II (886.681 e 886.684).



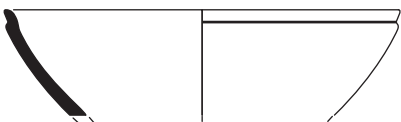
TC/13,[1298],886.628



TC/13,[1298],886.690



TC/13,[1298],886.692



TC&13,[1298],886.821



TC/13,[1298],886.824



TC/13,[1298],886.906



Estampa 6 - Prato (886.628); Tigelas (886.690, 886.692, 886.821 e 886.824); Candeia (886.906).

9.4. *Inventário*

TC/13.[1298].886.451	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	180	5	Engobe / Caneluras	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.452	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	II	210	7	Engobe	Meados Séc.XIV-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.453	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	100	3	Engobe / Caneluras	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.454	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	150	4	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.455	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	140	2	Engobe / Caneluras	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.456	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	III	140	6	Engobe / Caneluras	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.457	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	III	210	4	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.458	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	I	210	6	Engobe	Finais Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.459	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	II	280	4	Engobe	Meados Séc.XIV-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.460	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	170	4	Engobe / Caneluras	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.461	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	I	210	5	Engobe	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.462	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	III	170	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.463	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	II	220	5	Engobe	Meados Séc.XIV-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.464	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	PC	IV	-	5	Engobe	Finais Séc.XIV-1ª metade Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.465	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	180	4	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.466	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	II	220	5	Engobe	Meados Séc.XIV-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.467	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	110	2	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.468	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	III	120	2	Engobe / Caneluras	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.469	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	III	150	4	Engobe / Caneluras	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.470	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	200	5	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.471	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	140	4	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.472	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	280	7	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.473	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	220	-	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.474	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	190	5	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.475	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	II	220	5	Engobe	Meados Séc.XIV-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.476	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	III	100	3	Engobe / Caneluras	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.477	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	120	3	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.478	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	III	130	3	Engobe / Caneluras	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.479	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	110	-	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.480	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	III	100	4	Engobe	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.481	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	100	3	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.482	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	130	6	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.483	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	110	4	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.484	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	170	5	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.485	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	II	-	7	Engobe	Meados Séc.XIV-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.486	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	I	140	6	Engobe	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.487	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	140	-	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.488	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	II	180	8	Engobe / Impressão	Meados Séc.XIV-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.489	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila?	Bordo	III	220	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.490	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	V	220	6	Engobe / Pintura a branco	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.491	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	PC	V	132	4	Engobe	Sécs.XI-XII	Não	Sim	Colagem de vários fragmentos
TC/13.[1298].886.492	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila?	Bordo	IV	170	6	Engobe	Finais Séc.XIV-1ª metade Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.493	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	100	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.494	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	90	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.495	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	90	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.496	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	110	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.497	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	80	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.498	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	82	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.499	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	90	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.500	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	86	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.501	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	86	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Colagem de 2 fragmentos
TC/13.[1298].886.502	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	86	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.503	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	90	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta vestígios de argamassas
TC/13.[1298].886.504	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	90	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.505	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	116	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Colagem de 2 fragmentos
TC/13.[1298].886.506	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	88	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	Apresenta vestígio de arranque de asa
TC/13.[1298].886.507	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	90	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.508	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	-	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.509	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	90	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.510	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	92	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.511	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	90	2	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.512	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	96	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.513	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	88	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.514	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	80	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	

TC/13.[1298].886.645	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	150	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.646	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	160	3	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.647	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	170	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.648	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	130	6	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.649	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	140	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.650	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	180	4	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.651	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	150	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.652	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	170	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.653	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	-	4	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.654	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	180	6	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.655	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	160	4	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.656	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	150	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.657	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	140	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.658	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	150	4	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.659	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	160	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.660	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	-	6	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.661	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	PC	-	-	6	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	Colagem de 2 fragmentos
TC/13.[1298].886.662	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	170	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.663	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	-	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.664	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	140	4	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.665	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	160	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.666	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	150	5	Aguada	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.667	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Prato	Bordo	-	220	7	Engobe / Brunido	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.668	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	130	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.669	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	150	4	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.670	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	150	3	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.671	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	140	5	Aguada	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.672	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	140	6	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.673	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	160	4	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.674	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	-	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.675	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	140	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.676	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	140	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.677	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	130	4	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.678	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	170	5	Aguada	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.679	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	190	6	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.680	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	180	4	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.681	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo / Asa	II	160	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.682	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	200	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.683	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	II	160	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.684	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	210	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.685	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	-	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.686	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	V	130	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.687	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo	Bordo	-	130	5	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.688	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	-	5	Aguada	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.689	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	I	90	3	Aguada	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.690	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	150	5	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.691	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo / Asa	IV	180	6	Engobe	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.692	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela	Bordo	-	160	5	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.693	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	II	140	5	Engobe / Pinçado	Meados Séc.XIV-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.694	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila	Bordo	IV	-	4	Engobe	Finais Séc.XIV-1ª metade Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.695	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	86	4	Engobe	Séc.XIII-Início Séc. XV	Sim	Não	Colagem de 2 fragmentos
TC/13.[1298].886.696	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	84	4	Engobe	Séc.XIII-Início Séc. XV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.697	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	82	4	Engobe	Séc.XIII-Início Séc. XV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.698	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	82	3	Engobe	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	Idêntica à peça 698
TC/13.[1298].886.699	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro	Bordo	-	92	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.700	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	II	110	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.701	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro	Bordo	-	-	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.702	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro	Bordo	-	-	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.703	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro	Bordo	-	100	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.704	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro	Bordo	-	72	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.705	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro	Bordo	-	50	2	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.706	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	110	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.707	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro	Bordo	-	80	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.708	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	100	5	Engobe	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.709	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro	Bordo	-	90	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	

TC/13.[1298].886.775	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	90	3	Aguada	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.776	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	80	3	Engobe	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.777	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	80	5	Engobe / Caneluras	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.778	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	-	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.779	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	100	2	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.780	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	80	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.781	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	80	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.782	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	120	4	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.783	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	80	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.784	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo		90	4	-	Sécs.XII-XIII	Não	Sim	Pasta clara entre o beje e o rosado
TC/13.[1298].886.785	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	90	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.786	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	-	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.787	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	-	4	Engobe / Caneluras	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.788	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	100	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.789	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	60	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.790	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	90	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.791	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro?	Bordo	-	-	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Peça apresenta pequeno defeito que não permite estabelecer diâmetro correcto
TC/13.[1298].886.792	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	90	3	Engobe / Caneluras	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.793	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	88	-	Engobe / Caneluras	Séc.XIII-Início Séc. XV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.794	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	80	2	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.795	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	76	3	Engobe / Caneluras	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.796	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	100	5	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.797	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	80	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.798	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	90	3	Engobe / Caneluras	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.799	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo		90	4	Engobe / Caneluras	Sécs.XII-XIII	Não	Não	
TC/13.[1298].886.800	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	100	2	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.801	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	70	2	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.802	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	80	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.803	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	70	2	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.804	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	90	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.805	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	90	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.806	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Bordo	-	80	3	Engobe	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.807	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	-	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.808	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	60	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.809	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	70	4	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.810	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	80	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.811	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	80	4	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.812	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	90	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.813	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	80	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Colagem de 2 fragmentos
TC/13.[1298].886.814	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Pucarinho	Bordo	-	56	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Idêntico à peça 817
TC/13.[1298].886.815	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	70	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Com arranque de asa; idêntico à peça 817
TC/13.[1298].886.816	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Copo	Bordo	-	54	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.817	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Pucarinho	Inteira	-	54	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Sim	
TC/13.[1298].886.818	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.819	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	180	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena
TC/13.[1298].886.820	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	190	5	Engobe / Bruido	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena
TC/13.[1298].886.821	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	5	Engobe / Bruido	Finais Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.822	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	3	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena
TC/13.[1298].886.823	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	-	4	Engobe / Caneluras	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.824	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	180	4	Aguada	Finais Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena
TC/13.[1298].886.825	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	140	4	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena
TC/13.[1298].886.826	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	180	5	Engobe / Bruido	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.827	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	130	5	Engobe / Bruido	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena
TC/13.[1298].886.828	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	140	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.829	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	4	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena

TC/13.[1298].886.830	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	130	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena
TC/13.[1298].886.831	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	4	Aguada	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena
TC/13.[1298].886.832	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	130	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.833	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	4	Engobe / Brunido	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.834	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	140	4	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.835	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	130	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena
TC/13.[1298].886.836	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	4	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.837	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.838	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Apresenta o que parece ser vestígio de carena; com colagem de 3 fragmentos
TC/13.[1298].886.839	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Caçoila?	Bordo	IV	150	4	Engobe	Finais Sécs.XIV-1ª metade Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.840	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	130	3	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.841	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	140	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.842	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	140	4	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.843	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro?	Bordo	-	90	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.844	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	180	4	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.845	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro?	Bordo	-	140	4	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.846	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	170	4	Engobe	Finais Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.847	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro?	Bordo / Asa	-	70	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.848	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Púcaro?	Bordo / Asa	-	60	3	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.849	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	380	7	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.850	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	480	10	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.851	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	320	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.852	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	360	8	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.853	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	-	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.854	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	II	190	7	Engobe	Finais Sécs.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.855	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	280	8	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.856	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	550	11	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.857	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	250	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.858	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	-	270	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Fragmento muito rolado
TC/13.[1298].886.859	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	290	7	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.860	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	II	240	7	Engobe	Finais Sécs.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.861	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	II	250	8	Engobe	Finais Sécs.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.862	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	210	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.863	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	260	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.864	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	320	9	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.865	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	360	10	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Colagem de 3 fragmentos
TC/13.[1298].886.866	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	II	240	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.867	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	II	240	7	Engobe	Finais Sécs.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.868	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	II	240	5	Engobe	Finais Sécs.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.869	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	220	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.870	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	290	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.871	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	220	8	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.872	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	310	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.873	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro	Bordo	II	160	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.874	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	-	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.875	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	180	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.876	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	250	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.877	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	260	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.878	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	230	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.879	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	280	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.880	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	160	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.881	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	140	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.882	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	160	6	Aguada	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.883	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	120	5	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.884	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	160	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.885	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	II	240	4	Engobe	Finais Sécs.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.886	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro?	Bordo	-	140	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.887	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo?	Bordo	-	130	7	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.888	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo?	Bordo	-	160	7	Engobe	Meados Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.889	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	170	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	

TC/13.[1298].886.890	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	150	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.891	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	170	4	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.892	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	-	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.893	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	340	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.894	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	-	6	Aguada	-	Não	Não	Decoração incisa sobre o bordo
TC/13.[1298].886.895	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	II	120	3	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	
TC/13.[1298].886.896	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	160	5	Engobe / Brunido	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.897	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	-	6	Aguada	-	Não	Não	Decoração incisa sobre o bordo
TC/13.[1298].886.898	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro?	Bordo	-	110	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.899	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tigela?	Bordo	-	220	5	Engobe	-	Não	Não	Colagem de 2 fragmentos
TC/13.[1298].886.900	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	II	160	5	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Colagem de 2 fragmentos
TC/13.[1298].886.901	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	220	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.902	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	IV	200	4	Engobe	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.903	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	I	50	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XII-XIII	Não	Não	
TC/13.[1298].886.904	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Bordo	I	90	3	Engobe / Caneluras	Sécs.XII-XIII	Não	Não	
TC/13.[1298].886.905	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia	PC	-	-	4	Engobe	Sécs.XII-XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.906	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia	PC	-	110	4	Engobe	Sécs.XII-XIII	Sim	Sim	Apresenta asa elevada sobre o bordo e vestígios de lume
TC/13.[1298].886.907	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia	PC	-	-	3	Engobe	Sécs.XII-XIII	Não	Não	Apresenta asa elevada sobre o bordo
TC/13.[1298].886.908	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia	PC	-	-	4	Engobe	Sécs.XII-XV	Não	Sim	Apresenta vestígios de lume
TC/13.[1298].886.909	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia	PC	-	70	3	Engobe	Sécs.XII-XV	Não	Não	Apresenta vestígios de lume
TC/13.[1298].886.910	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia	PC	-	-	3	Engobe	Sécs.XII-XV	Não	Não	Apresenta vestígios de lume
TC/13.[1298].886.911	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia	PC	-	90	4	Engobe	Sécs.XII-XIII	Não	Sim	Apresenta asa elevada sobre o bordo
TC/13.[1298].886.912	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia	PC	-	-	3	Engobe	Sécs.XII-XV	Não	Sim	Apresenta vestígios de lume
TC/13.[1298].886.913	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia	Bordo	-	-	3	Engobe	Sécs.XII-XV	Não	Não	Apresenta vestígios de lume
TC/13.[1298].886.914	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candil	PC	-	-	6	Engobe	Sécs.XI-XII	Não	Sim	Corresponde a parte do bico. Apresenta-se rolado.
TC/13.[1298].886.915	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro Trilobado	Bordo	-	-	5	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.916	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Frigideira	PC	-	260	9	Aguada	Séc.XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.917	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Candeia?	Bordo	-	-	3	Engobe	Sécs.XII-XV	Não	Não	Apresenta vestígios de lume. Colagem de 2 fragmentos
TC/13.[1298].886.918	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Testo?	Bordo	-	190	10	Engobe	Finais Séc.XIII-Séc.XV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.919	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro Trilobado?	Bordo	-	-	5	Aguada	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.920	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	40	5	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.921	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro Trilobado?	Bordo	-	-	4	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.922	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Jarro	Bordo	-	-	3	Engobe	-	Não	Não	Corresponde ao bico vertedor
TC/13.[1298].886.923	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	-	3	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.924	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	-	3	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.925	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	-	4	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.926	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	80	3	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.927	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	90	7	Aguada	-	Não	Não	Fragmento muito rolado
TC/13.[1298].886.928	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	-	3	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.929	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	80	3	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.930	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	170	5	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.931	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	60	5	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.932	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	-	5	Engobe	-	Não	Não	
TC/13.[1298].886.933	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	410	20	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.934	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	480	11	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.935	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	-	8	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.936	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	470	9	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.937	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	300	8	Engobe / Caneluras	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.938	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	420	15	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.939	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	260	10	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.940	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	460	13	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.941	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	460	12	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.942	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	10	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.943	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	240	12	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.944	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	400	14	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.945	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	8	Aguada	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Linha incisa ondulada sobre a aba
TC/13.[1298].886.946	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	280	5	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	
TC/13.[1298].886.947	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	400	10	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	

TC/13.[1298].886.948	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	300	7	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Linha incisa ondulada sobre a aba
TC/13.[1298].886.949	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	520	8	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.950	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	420	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba. Colagem de 2 fragmentos.
TC/13.[1298].886.951	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	380	9	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.952	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	9	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.953	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	520	9	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.954	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	360	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.955	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	380	8	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.956	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	280	19	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.957	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	360	17	-	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.958	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	460	11	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.959	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	440	18	Engobe / Brunido	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.960	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	400	11	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	Colagem de 2 fragmentos
TC/13.[1298].886.961	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	430	11	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre o bordo
TC/13.[1298].886.962	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	380	8	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Sim	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.963	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	320	9	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.964	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	380	11	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.965	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	440	9	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.966	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	480	9	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.967	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	380	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.968	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	480	18	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.969	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	260	10	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Linha incisa ondulada sobre a aba
TC/13.[1298].886.970	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.971	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.972	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar	Bordo	-	400	12	-	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Fragmento muito rolado
TC/13.[1298].886.973	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	350	9	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Linha incisa ondulada sobre a aba
TC/13.[1298].886.974	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	440	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.975	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	340	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.976	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo	-	300	10	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.977	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	380	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.978	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	380	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.979	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	400	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.980	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.981	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	270	7	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.982	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha	Bordo	-	320	-	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.983	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	480	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.984	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	300	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.985	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	400	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.986	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	460	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.987	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	340	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Linha incisa sobre a aba
TC/13.[1298].886.988	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	460	6	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.989	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.990	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	400	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.991	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Alguidar?	Bordo	-	520	10	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.992	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	440	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Linha incisa ondulada sobre a aba
TC/13.[1298].886.993	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	360	9	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.994	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	380	8	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.995	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	340	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.996	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	-	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.997	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.998	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	340	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].886.999	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.1000	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	320	-	Engobe / Pinçado	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.1001	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.1002	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	-	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.1003	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	340	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.1004	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Talha?	Bordo	-	360	-	Engobe	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	Caneluras sobre a aba
TC/13.[1298].886.1005	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tripé	PC	-	220	25	Engobe	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1006	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Tripé	Bordo	-	160	30	Engobe	-	Não	Sim	Apresenta arranque de dois pés
TC/13.[1298].886.1007	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	45	13	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1008	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	43	5	Engobe	-	Não	Sim	A partir de fragmento de cerâmica comum

TC/13.[1298].886.1009	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	34	5	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1010	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	31	6	Engobe	-	Não	Sim	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1011	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	42	8	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1012	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	37	6	Engobe	-	Não	Sim	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1013	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	28	4	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1014	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	34	5	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1015	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	46	5	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1016	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	33	8	Engobe	-	Não	Sim	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1017	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	35	6	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1018	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	29	7	Aguada	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1019	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	28	6	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1020	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	35	7	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1021	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	28	7	-	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica de construção
TC/13.[1298].886.1022	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	30	5	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1023	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	38	8	Engobe	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica comum
TC/13.[1298].886.1024	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	31	11	-	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica de construção
TC/13.[1298].886.1025	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	33	10	-	-	Não	Sim	A partir de fragmento de cerâmica de construção. Pasta calcária.
TC/13.[1298].886.1026	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	38	14	-	-	Não	Sim	A partir de fragmento de cerâmica de construção. Pasta calcária.
TC/13.[1298].886.1027	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	37	11	-	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica de construção. Pasta calcária.
TC/13.[1298].886.1028	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	45	12	-	-	Não	Não	A partir de fragmento de cerâmica de construção
TC/13.[1298].886.1029	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	39	10	-	-	Não	Sim	A partir de fragmento de cerâmica de construção. Pasta calcária.
TC/13.[1298].886.1030	A	-	[1298]	Cerâmica	Malha de jogo	PC	-	54	14	-	-	Não	Sim	A partir de fragmento de cerâmica de construção. Pasta calcária.
TC/13.[1298].886.1031	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	PC?	-	-	1	Engobe	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1032	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo?	-	120	-	Aguada	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1033	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	-	-	-	-	Engobe	-	Não	Sim	Fragmento muito rolado
TC/13.[1298].886.1034	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	PC?	-	35	4	Aguada	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1035	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	PC?	-	-	4	Aguada	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1036	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	PC?	-	-	4	Engobe	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1037	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	PC?	-	-	4	Aguada	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1038	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1039	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1040	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1041	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Peso de rede	PC	-	-	-	-	Medieval	Não	Sim	Fragmento muito rolado, em forma de concha
TC/13.[1298].886.1042	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Bordo?	-	-	6	Engobe	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].886.1043	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela	Bordo	II	120	3	Engobe	Finais Séc.XIII-Inícios Séc.XVI	Não	Não	Apresenta restos de vidrado sobre o bordo
TC/13.[1298].886.1044	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Cântaro?	Bordo	I	-	-	Engobe / Impressão	Sécs.XIII-XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].887.1	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Alguidar	Bordo	-	300	6	Vidrado verde (interior)	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.2	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Panela	Bordo	III	200	4	Vidrado castanho (interior e exterior)	Finais Séc.XIII-Séc.XIV	Não	Não	
TC/13.[1298].887.3	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Alguidar	Bordo	-	-	8	Vidrado verde (interior)	-	Não	Não	

TC/13.[1298].887.4	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Bacio/Bispote	Bordo	-	200	9	Vidrado verde (exterior) e melado (interior)	Moderna	Não	Não	
TC/13.[1298].887.5	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.6	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Pote?	Bordo	-	190	5	Vidrado incolor	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.7	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Jarro	Bordo	-	-	5	Vidrado castanho (interior e exterior)	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.8	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.9	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.10	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.11	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.12	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.13	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Não	
TC/13.[1298].887.14	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Trempe	Frag.	-	-	-	-	-	Não	Não	
TC/13.[1298].888	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Vários	Fundos	-	-	-	-	-	Não	Não	Total: 975. Inclui cântaros, bilhas, candeias, testos, púcaros, panelas, caçoilas, fogareiro
TC/13.[1298].888.1	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Panela?	Fundo	-	-	-	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Não	
TC/13.[1298].888.2	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Taça?	Fundo	-	-	4	Aguada / Estampilha	Sécs.XII-XIII	Não	Sim	Fundo com pé anelar, estampilhado na base interna
TC/13.[1298].889	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Vários	Fundos	-	-	-	Vidrado	-	Não	Não	Total: 9
TC/13.[1298].890	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Vários	Asas	-	-	-	-	-	Não	Não	Total: 705
TC/13.[1298].890.1	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Frigideira	Pega	-	-	5	Engobe / Caneluras / Pinçado	Séc.XIV	Não	Sim	Cabo com argola na extremidade
TC/13.[1298].890.2	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Pega	-	-	-	-	-	Não	Sim	Apresenta cabo tipo rosca
TC/13.[1298].890.3	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Bilha	Asa	-	-	3	Engobe	Séc.XIII-Início Séc. XV	Não	Não	
TC/13.[1298].891	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Vários	Asas	-	-	-	Vidrado	-	Não	Não	Total: 4
TC/13.[1298].892	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Vários	Paredes	-	-	-	-	-	Não	Não	Total: 5413
TC/13.[1298].892.1	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Engobe / Plástica	-	Não	Não	
TC/13.[1298].892.2	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Grafito	-	Não	Sim	Apresenta grafito onde se vê um "X"
TC/13.[1298].892.3	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Aguada / Impressão	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.4	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Fogareiro	Parede	-	-	-	Engobe	-	Sim	Não	Apresenta arranque de grelha
TC/13.[1298].892.5	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	6	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	Decoração vegetalista?
TC/13.[1298].892.6	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	8	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.7	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.8	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.9	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.10	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	6	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.11	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.12	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.13	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	6	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.14	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	3	Engobe / Pintura a branco	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.15	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	6	Aguada / Incisa	-	Não	Não	Ziguezague dentro de duas linhas concêntricas
TC/13.[1298].892.16	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Plástica com incisão	-	Não	Sim	Colagem de dois fragmentos. Linha ondulada sobre um cordão plástico
TC/13.[1298].892.17	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Incisa	-	Não	Sim	Ziguezague dentro de duas linhas concêntricas
TC/13.[1298].892.18	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	7	Engobe / Incisa	-	Não	Não	Ziguezague dentro de duas linhas concêntricas
TC/13.[1298].892.19	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Incisa	-	Não	Não	Ziguezague dentro de duas linhas concêntricas
TC/13.[1298].892.20	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Incisa	-	Não	Sim	Ziguezague dentro de duas linhas concêntricas
TC/13.[1298].892.21	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Aguada / Plástica com incisão	-	Não	Sim	Linha ondulada sobre um cordão plástico
TC/13.[1298].892.22	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Incisa	-	Não	Sim	Ziguezague dentro de duas linhas concêntricas
TC/13.[1298].892.23	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Incisa	-	Não	Sim	Ziguezague dentro de duas linhas concêntricas
TC/13.[1298].892.24	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Incisa	-	Não	Não	Linha ondulada dentro de duas linhas
TC/13.[1298].892.25	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Engobe / Incisa	-	Não	Não	Ziguezague dentro de duas linhas concêntricas
TC/13.[1298].892.26	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Aguada / Plástica com incisão	-	Não	Não	Linha ondulada sobre um cordão plástico

TC/13.[1298].892.27	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	6	Engobe / Impressão	-	Não	Sim	Pasta bem depurada e engobe espesso
TC/13.[1298].892.28	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Impressão	-	Não	Sim	Pasta bem depurada e engobe espesso
TC/13.[1298].892.29	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Impressão	-	Não	Sim	Pasta bem depurada e engobe espesso
TC/13.[1298].892.30	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Impressão	-	Não	Sim	Pasta bem depurada e engobe espesso
TC/13.[1298].892.31	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	6	Engobe / Impressão	-	Não	Sim	Engobe a lascar
TC/13.[1298].892.32	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Aguada / Impressão	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.33	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Aguada / Impressão	-	Não	Não	
TC/13.[1298].892.34	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	6	Engobe / Impressão	-	Não	Sim	
TC/13.[1298].892.35	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	6	Engobe / Impressão	-	Não	Não	Pasta bem depurada e engobe espesso
TC/13.[1298].892.36	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Impressão	-	Não	Não	Pasta bem depurada e engobe espesso
TC/13.[1298].892.37	A	-	[1298]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	4	Impressão	-	Não	Não	
TC/13.[1298].893	A	-	[1298]	Vidrado plumbífero	Vários	Paredes	-	-	-	Vidrado	-	Não	Não	Total: 63
TC/13.[1298].893.1	A	-	[1298]	Saintonge	Indeterminado	Parede	-	-	3	Vidrado	Sécs.XIII-XIV	Não	Sim	
TC/13.[1298].2382	A	-	[1298]	Cerâmica esmaltada	Malga carenada	Bordo	-	-	9	Decoração a azul	Séc.XIV-XV	Não	Sim	
TC/13.[1298].2383	A	-	[1298]	Cerâmica esmaltada	Vários	Paredes	-	-	-	Decoração a azul	Séc.XIV	Não	Não	Total: 2
TC/13.SD.I.[705].1100	-	VI	[705]	Cerâmica fosca	Vários	Bordos	-	-	-	-	Sécs.XIII-XV	Não	Não	Total: 121. Inclui painelas, testos, cântaros, çaçoilas, púcaros, pratos, candeias, alguidares, talhas, trempe
TC/13.SD.I.[705].1101	-	VI	[705]	Cerâmica fosca	Vários	Fundos	-	-	-	-	Sécs.XIII-XV	Não	Não	Total: 77. Inclui painelas, çaçoilas, cântaros, bilhas, alguidares, púcaros, testos
TC/13.SD.VI.[705].1101.1	-	VI	[705]	Cerâmica fosca	Jarro/Copo?	Fundo	-	-	3	-	-	Não	Sim	Corresponde a miniatura de jarro ou copo doseador
TC/13.SD.VI.[705].1102	-	VI	[705]	Cerâmica fosca	Vários	Asas	-	-	-	-	-	Não	Não	Total: 71
TC/13.SD.VI.[705].1103	-	VI	[705]	Vidrado plumbífero	Indeterminado	Asa	-	-	-	Vidrado	-	Não	Não	Apenas um exemplar
TC/13.SD.VI.[705].1104	-	VI	[705]	Cerâmica fosca	Vários	Paredes	-	-	-	-	-	Não	Não	Total: 494
TC/13.SD.VI.[705].1104.1	-	VI	[705]	Cerâmica fosca	Indeterminado	Parede	-	-	5	Engobe / Aplicada	Séc.XIV	Não	Sim	Apresenta mascarão
TC/13.SD.VI.[705].1105	-	VI	[705]	Vidrado plumbífero	Vários	Paredes	-	-	-	Vidrado	-	Não	Não	Total: 4